



# SARANDI

Governo  
Municipal

## EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9-0007/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20/2026

### OBJETO

*Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de transporte escolar diário de alunos da rede pública de ensino, conforme demanda da Secretaria Municipal de Educação do Município de Sarandi/PR.*

### RESUMO

Critério de julgamento

Menor preço..

Registro de preços

Não.

Licitação diferenciada para MPE

Não se aplica..

Total estimado

R\$ 760.548,00 (setecentos e sessenta mil quinhentos e quarenta e oito reais).

### SESSÃO PÚBLICA



A sessão pública será aberta às 9h do dia 16/03/25.



A licitação será realizada exclusivamente na forma eletrônica, por meio da plataforma compras.gov.br (UASG 988461).



O responsável pela condução da sessão será o Pregoeiro Renan Batista Meyring Portaria nº 1603/2026.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SARANDI**  
Secretaria Municipal de Administração  
Departamento de Licitações

Rua José Emiliano de Gusmão, 565 – Centro – Sarandi -  
Paraná

[licitacao@sarandi.pr.gov.br](mailto:licitacao@sarandi.pr.gov.br)

(44) 3264-8600

## SUMÁRIO

---

1	DO OBJETO.....	3
2	DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.....	3
3	DO ORÇAMENTO ESTIMADO.....	5
4	DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	5
5	DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	7
6	DA ABERTURA DA SESSÃO.....	8
7	DOS LANCES E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS.....	9
8	DA NEGOCIAÇÃO.....	12
9	DA PROPOSTA DE PREÇO.....	12
10	DA FASE DE JULGAMENTO.....	13
11	DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	17
12	DO TERMO DE CONTRATO.....	20
13	DOS RECURSOS.....	21
14	DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	22
15	DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....	25
16	DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO.....	26
17	DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.....	26



Torna-se público que a Prefeitura do Município de Sarandi, por meio da Secretaria Municipal de Administração, sediada na rua José Emiliano de Gusmão, 565 - Centro - Sarandi - Paraná, realizará Licitação, na modalidade Pregão, pela forma Eletrônica, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

## 1 DO OBJETO

---

1.1 O objeto da presente licitação é *Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de transporte escolar diário de alunos da rede pública de ensino, conforme demanda da Secretaria Municipal de Educação do Município de Sarandi/PR*, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 A licitação será realizada em único item.

## 2 DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

---

2.1 Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

2.2 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e





mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.



2.5 Não poderão disputar esta licitação:

I. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

II. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

III. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

IV. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

V. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

VI. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

VII. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

VIII. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

IX. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;





X. direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.6 O impedimento de que trata o inciso IV do item 2.5 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

### **3 DO ORÇAMENTO ESTIMADO**

---

3.1 O orçamento estimado da presente contratação **não** será de caráter sigiloso.

### **4 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

---

4.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.2 Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 11.1.1 deste Edital.

4.3 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

I. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal,





nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

II. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

III. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

IV. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5.1 No item em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.



4.6 A pessoa jurídica que se enquadrar em qualquer das situações previstas nos incisos do §4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06 não poderá usufruir do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da mesma Lei.

4.7 A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.





4.8 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

I. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

II. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12 O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo licitante durante a fase de disputa, sendo vedado o valor superior a lance já registrado pelo licitante no sistema.

4.13 O valor final mínimo parametrizado na forma do item 4.12 possuirá caráter sigiloso para os demais licitantes e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.







## 5 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- I. valor unitário e total do item;
- II. Quantidade cotada (não poderá ser diferente da descrita no Termo de Referência).

5.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.5.1 No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

5.6 Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar no 123/2006.

5.7 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o







compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**5.8 O prazo de validade da proposta** não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

**5.9** Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

**5.10** Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações - CBO.

**5.11** Os custos mínimos relevantes e demais informações referentes aos benefícios trabalhistas encontram-se definidos no Termo de Referência.

## **6 DA ABERTURA DA SESSÃO**

---

**6.1** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na [data, horário e local indicados neste Edital](#).

**6.2** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**6.3** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

## **7 DOS LANCES E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS**

---

**7.1** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo





imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.2 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.3 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.4 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.5 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 100,00 (Cem Reais).

7.6 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.7 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.8 Será adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.9 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.10 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

7.12 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.





7.13 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.14 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.15 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.21 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.





7.21.1 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.22 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.23 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.24 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.25 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

I. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

II. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

III. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023;

IV. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024.





7.26 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

I. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

II. empresas brasileiras;

III. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

IV. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.27 Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

## **8 DA NEGOCIAÇÃO**

---

8.1 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

8.2 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

8.3 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.4 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.





## 9 DA PROPOSTA DE PREÇO

---

9.1 O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a **planilha de preço** conforme o Anexo II, adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

9.1.1 Além das informações constantes no modelo da proposta (Anexo II), deverão constar:

- I. descrição do objeto cotado, contendo as especificações da Tabela 1 do Termo de Referência;
- II. valor unitário e total, em real, em algarismo, com no máximo duas casas após a vírgula; e
- III. validade da proposta, conforme exigido no item 5.8 deste edital.

9.2 É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido acima (item 9.1), a partir de solicitação fundamentada feita no *chat* pelo licitante, antes de findo o prazo.

## 10 DA FASE DE JULGAMENTO

---

10.1 Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.5 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- I. SICAF;
- II. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União;
- III. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União;





IV. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União; e

V. Consulta no Tribunal de Contas do Estado do Paraná - TCE-PR para verificar restrições ao direito de contratar com a Administração Pública.

10.2 A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

10.3 A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

10.4 Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

10.5 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

10.5.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

10.5.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

10.5.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

10.6 Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

10.7 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

10.8 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto







nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

10.9 Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:

10.10 Convenção Coletiva de Trabalho do Sindicato da categoria profissional de Maringá-Paraná;

10.11 Os acordos, dissídios ou convenções coletivas indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado, obedecidos os custos mínimos relevantes fixados pela Administração.



10.12 Será desclassificada a proposta vencedora que:

- I. contiver vícios insanáveis;
- II. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- III. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- IV. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- V. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;
- VI. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

10.13 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

10.14 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

- I. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta;
- e





II. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

10.14.1 Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

10.14.2 Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

10.14.3 Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

10.14.4 Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

10.15 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

10.15.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

10.15.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

10.16 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.





10.17 No caso de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, o licitante deverá entregar junto com sua proposta de preços, os seguintes documentos:

I. declaração informando o enquadramento sindical da empresa, a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do instrumento coletivo do trabalho em que se baseia sua proposta;

II. cópia da carta ou registro sindical do sindicato a qual ele declara ser enquadrado, em razão do regramento do enquadramento sindical previsto na CLT ou por força de decisão judicial;

III. cópia do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante para a elaboração da planilha de custos e formação de preços que embasam o valor global ofertado; e

IV. declaração de que se responsabiliza nas situações de ocorrência de erro no enquadramento sindical, ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado ou no qual a empresa não tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria, que daí tenha resultado vantagem indevida na fase de julgamento das propostas, sujeitando a contratada às sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133, de 2021;

10.18 Na hipótese dos postos de trabalho licitados se distribuírem por território correspondente a mais de uma base sindical da categoria profissional, deverão ser informadas cada uma das normas coletivas utilizadas para o cálculo do custo individual dos postos, a partir da base territorial de cada sindicato.

10.19 O Pregoeiro realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.

10.20 O Pregoeiro concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022.





10.21 O Pregoeiro deve verificar se as previsões do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicados pela Administração estão sendo contempladas na Planilha de Custos e Formação de Preços, em especial, quando o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante for diferente da norma coletiva paradigma utilizada pela Administração.

10.22 Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador, na hipótese de que o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicado pelo licitante estabelecerem valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado como paradigma.

## **11 DA FASE DE HABILITAÇÃO**

---

11.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

11.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

11.3 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

11.4 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.





11.5 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

11.6 Serão aceitos registros de CNPJ da licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

11.7 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

11.8 Será verificado no sistema se o licitante apresentou:

I. declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

II. sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

III. sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

11.9 A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

11.10 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

11.11 Para as certidões emitidas que não especifiquem seu prazo de validade, será considerado o prazo máximo de 90 (noventa) dias,





contados a partir de suas respectivas emissões, devendo estar válidas na data do recebimento dos documentos de habilitação.

11.12 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

11.12.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

11.13 A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

11.13.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

11.14 A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

11.14.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

11.14.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

11.15 Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 11.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até duas horas, para:

I. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

II. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;







III. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

IV. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

11.16 Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

11.17 Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

11.18 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 11.13.1.

11.19 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

11.20 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

11.21 Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## 12 DO TERMO DE CONTRATO

---

12.1 Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.







12.2 O adjudicatário terá o prazo de cinco dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar (na forma eletrônica) o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

12.3 O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao licitante adjudicado, implica o reconhecimento de que:

I. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

II. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

III. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

12.4 O prazo do item 12.2 poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

12.5 O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

12.6 Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido:

**PARA TODOS OS MOTORISTAS:**

I. Apresentação Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos profissionais, em que conste o licitante como contratante ou Contrato de prestação de serviços, regido pela legislação comum.

II. Comprovação que ateste não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima de trânsito, nem ser reincidente em infrações médicas nos últimos 12 (doze) meses.

III. Certidão negativa da Justiça Federal referente a processos criminais.

IV. Certidão negativa criminal, expedida pelo cartório do distribuidor de seu domicílio, referente a processos criminais.





V. Certificado de participação e aprovação dos motoristas em curso de condutores de veículos de transporte escolar, nos termos das resoluções do CONTRAN em vigência.

VI. Relatório da equipe técnica da empresa licitante, declarando que os motoristas que atuarão na execução do contrato atendem aos requisitos no art. 138 do Código de Trânsito Brasileiro - CTB, acompanhado da cópia da Carteira Nacional de Habilitação- CNH dos motoristas, na categoria compatível ao veículo a ser conduzido, passível de autenticações nos sites oficiais ou por outros meios legais.

**PARA TODOS OS ÔNIBUS:**

VII. Certificado de Registro e Licenciamento dos Veículos (CRLV) em nome da licitante.

a) No caso de veículos locados, deverão ser apresentados os documentos dos respectivos veículos, bem como os contratos de locação ou documentos que comprovem o vínculo com o licitante. O veículo deverá atender o item 5.2 do Termo de Referência.

b) O CRLV deverá estar em situação regular junto aos órgãos competentes, do ano corrente.

VIII. Comprovante de situação regular do seguro obrigatório - DPVAT, do ano corrente.

IX. Apresentar apólice de seguro, emitida por companhia seguradora regulamente autorizada, para cada veículo em execução, com vigência durante todo o prazo contratual. A cobertura deverá contemplar todos os passageiros transportados, bem como danos materiais e corporais causados a terceiros, observados os seguintes valores mínimos:

a) Valor por passageiro: mínimo R\$100.000,00 (cem mil reais);

b) Danos materiais a terceiros: mínimo R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);

c) Danos corporais a terceiros: mínimo R\$ 50.00,00 (cinquenta mil reais).

X. Laudo de inspeção técnica veicular, emitido por empresa devidamente credenciada junto ao INMETRO.





XI. Laudo de vistoria emitido pelo DETRAN e/ou órgão competente, com autorização para condução coletiva de escolares, vinculada à pessoa jurídica participante da presente licitação ou subcontratada autorizada.

XII. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal de Sarandi/PR<sup>1</sup>;

a) Caso o licitante seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda; e

XIII. comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato;

12.6.1 A existência de Certidão Positiva exigido acima, constitui fator impeditivo para a contratação.

## 13 DOS RECURSOS

---

13.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inhabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inhabilitação do licitante:

I. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

II. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

III. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inhabilitação;

---

<sup>1</sup> Art. 79, parágrafo único da Lei Orgânica Municipal.





13.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://sarandi.eloweb.net/portaltransparencia/licitacoes>.



## **14 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

14.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

I. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;

II. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;





b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

III. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

IV. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

V. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

VI. fraudar a licitação;

VII. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

a) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

b) induzir deliberadamente a erro no julgamento;

VIII. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

IX. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

I. advertência;

II. multa;

III. impedimento de licitar e contratar e

IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.





14.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

- I. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II. as peculiaridades do caso concreto;
- III. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4 A multa será recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.5 Para as infrações previstas nos incisos I, II e III do item 14.1, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.6 Para as infrações previstas nos incisos IV, V, VI, VII, VIII e IX do item 14.1, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.7 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.8 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.9 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos incisos I, II, III e IV do item 14.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.10 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos incisos V, VI, VII, VIII e IX do item 14.1, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos I, II, III e IV do item 14.1 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).





14.11 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no inciso IV do item 14.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

14.12 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.13 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.14 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.15 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.16 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.17 Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.







14.18 Os endereços de *e-mail* informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

## **15 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

---

15.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados, para o *e-mail*: [PREGOEIRO1@SARANDI.PR.GOV.BR](mailto:PREGOEIRO1@SARANDI.PR.GOV.BR) .

15.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro , nos autos do processo de licitação.

15.6 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **16 DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO**

---

16.1 Fica assegurado ao MUNICÍPIO DE SARANDI/PR o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la em virtude de vício insanável.

16.2 A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dele dependam.





16.3 Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.

16.4 A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.

16.5 Nenhum ato será declarado nulo se do vício não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.

## **17 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

---

17.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

17.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

17.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

17.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

17.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

17.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

17.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o





aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

17.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

17.10 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) no Portal de Transparência deste Município, podendo ser acessado pelo link: <https://sarandi.eloweb.net/portaltransparencia/licitacoes>.

17.11 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- ✓ Anexo I - Termo de Referência;
  - Apêndice do Anexo I - Estudo Técnico Preliminar;
- ✓ Anexo II - Planilha de Custo - Proposta (modelo);
- ✓ Anexo III - Minuta de Termo de Contrato;
- ✓ Anexo IV - Matriz de Risco.

Sarandi, 25 de fevereiro de 2026.

---

**NEWTON CESAR MARTINS**  
Secretário de Administração  
Portaria nº 59/2025





# SARANDI

GOVERNO MUNICIPAL

## TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO I

### OBJETO

---

*Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de transporte escolar diário de alunos da rede pública de ensino, conforme demanda da Secretaria Municipal de Educação do Município de Sarandi/PR.*

---

## SUMÁRIO

1	CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO.....	3
2	FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO.....	8
3	DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO.....	8
4	REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.....	8
5	MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO.....	9
6	MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO.....	13
7	CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO.....	20
8	FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.....	23
9	ASPECTOS CONTRATUAIS.....	28
10	ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO.....	38
11	ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	39
12	DISPOSIÇÕES FINAIS.....	39

## 1 CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

### OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de transporte escolar diário de alunos da rede pública de ensino, conforme demanda da Secretaria Municipal de Educação do Município de Sarandi/PR, nos termos da(s) tabela(s) abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	CÓD.	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	VALOR UNIT.	TOTAL
1	78317	Prestação de Serviços de Transporte Escolar Rotas-01-02-03	41.560	Km	R\$ 18,30	R\$ 760.548,00

Tabela 1

1.1.1 Em caso de divergência entre as especificações deste Termo de Referência - TR e as apresentadas no [compras.gov.br](http://compras.gov.br), prevalecerão sempre deste termo.

1.2 O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), pois possuem especificações de mercado e padrões de qualidade definidos neste instrumento.

Os serviços de transporte escolar diário são classificados como **serviços comuns**, uma vez que apresentam especificações técnicas usuais no mercado, com padrões de qualidade, segurança e eficiência previamente estabelecidos no Termo de Referência. Além disso, trata-se de atividade rotineira, de fácil definição e comparação entre os fornecedores, o que possibilita a adoção de critérios objetivos de julgamento, garantindo a isonomia entre os licitantes e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração

### DEMAIS ESPECIFICAÇÕES

1.3 O objeto da contratação compreende a disponibilização de **03 (três) veículos**, cada um responsável por **03 (três) trajetos diários**, totalizando a execução completa dos itinerários previstos ao final de cada dia.

Todos os veículos deverão ser conduzidos por motoristas devidamente habilitados e capacitados para transporte escolar, em conformidade com a legislação vigente. A prestação dos serviços deverá ocorrer conforme o calendário escolar da Secretaria Municipal de Educação, atendendo ao ano letivo de 200 (duzentos) dias.



Ademais, a empresa contratada deverá manter **01 (um) veículo reserva** permanentemente à disposição, a fim de atender situações emergenciais ou necessidades de substituição, assegurando a continuidade, regularidade e pontualidade dos serviços de transporte.

ROTAS	PERÍODO	TRAJETOS DIÁRIOS
<b>ROTA - 01</b>	<b>MANHÃ</b>  Início e término dos trajetos: Das 6h30 às 7h30.	Atenderá os Jd. Aurora, Jd. Nova Aurora, Jd. Universal, Jd. Independência e Parque Alvamar.  Escolas: Escolas Masami Koga, Escola Yoshio, CMEI Julia Volpato, Colégio Independência, Colégio Panorama e Colégio Universitário, percorrendo 12,682 km.  Segue o ônibus pelas Avenidas Maringá, Rua Salvador Jordano, Praça Ipiranga, Avenida Londrina, Avenida João Marangoni, Estrada Mauro Trindade virando a esquerda com a Avenida Hermínio Vignoto, Rua Trinta e Nove, Avenida Nair Colla Dias, Rua Lucas Palácio Barbosa, Avenida Valdecy Sardi, Rua Santos Dias, Avenida Nova Aurora seguindo para Avenida Universal, Rua Estrela Dalva, Avenida Morangueira, Estrada Mauro Trindade virando a direita na Rua Manoel Antônio Barboza, Avenida Dep. Borsari Neto virando a direita para a Rua Pedro Alvares Cabral, Avenida Belo Horizonte, Rua Rio Ribeiro, Rua Conceição Aparecida de Magalhães, Rua Rio Novo, Rua Dezesesseis, Avenida Rio de Janeiro, Rua André Kovacz, Avenida Brasil, Avenida Ademar Bornia, Rua Antônio Volpato, Rua Inglaterra, seguindo pela Avenida Maringá, Rua Joaquim Ferlini, Rua Salvador Jordano e Garagem.
	<b>PERÍODO INTERMEDIÁRIO (MEIO DIA)</b>  Início e término dos trajetos: Das 11h45 às 13h20.	Atenderá os Jd. Independência, Jd. Universal, Jd. Aurora, Jd. Nova Aurora, Jd. Universal, Jd. Independência, Parque Alvamar, Jd. Independência, Jd. Aurora, Jd. Nova Aurora, percorrendo 29,275 km.  Escolas: Escola Yoshio, CMEI Julia Volpato, CMEI Monteiro Lobato, Escola Masami Koga, Escola Yoshio, CMEI Julia Volpato, Colégio Independência, Colégio Panorama, Escola Machado de Assis e Colégio Universitário.  Segue o ônibus pelas Rua Salvador Jordano, direita Praça Ipiranga, Avenida Londrina, Rua Manoel Antônio Barboza, Avenida João Marangoni seguindo ao esquerda para Estrada Mauro Trindade seguindo a direita para Avenida Universal, Rua Estrela Dalva, Avenida Morangueira, Rua Pionner, Estrada Mauro Trindade seguindo pela esquerda na Avenida Hermínio Vignoto, Rua Iraci Messias Theodoro, Rua Lucas Palácio Barbosa, Avenida Valdecy Sordi, Rua Santos Dias, Avenida Nova Aurora seguindo a esquerda para Avenida Universal, Rua Estrela Dalva, Avenida Morangueira seguindo pela esquerda Estrada Mauro Trindade seguindo pela direita





ROTA - 02		Rua Manoel Antônio Barboza, Avenida Dep. Borsari Neto seguindo para direita Rua Pedro Alvares Cabral, Avenida Barcelona, Rua Carlos Gomes, Avenida Belo Horizonte, Rua Rio Brilhante, Rua Conceição Aparecida Magalhães, Rua Rio Novo, Rua 16, Rua 112, Rua Rei Zumbi dos Palmares, Avenida Dep. Borsari Neto, Rua Antonio Afonso Martins seguindo a esquerda com Avenida Nova Aurora, Rua Santos Dias, Avenida Valdecy Sordi, Rua Lucas Palácio Barbosa, Avenida Nair Colla Dias, Rua 39, Avenida Herminio Vignoto seguindo ao direita Estrada Mauro Trindade, Avenida Rui Barbosa, Avenida Dep. Borsari Neto, Rua Pedro Galindo Garcia, Rua Salvador Jordano e Garagem.
	<b>PERÍODO TARDE</b>	Atendera os Jd. Independência, Parque Alvamar, Jd. Universal, Jd. Aurora, Jd. Nova Aurora.
	Início e término dos trajetos: 17:00 às 18:20.	Escolas: Escola Yoshio, CMEI Julia Volpato, CMEI Monteiro Labato, Escola Masami Koga, Colégio Universitário, percorrendo 17,827 Km.  Segue o ônibus pelas Rua Salvador Jordano, Praça Ipiranga, Avenida Londrina, Rua Manoel Antônio Barboza, Avenida João Marangoni, Estrada Mauro Trindade, Avenida Universal, Rua Estrela Dalva, Avenida Morangueira, Estrada Mauro Trindade, Rua Affonso Agnibeni, Rua 109, Rua 13, Rua Conceição Aparecida Magalhães, Rua Rio Novo, Rua Affonso Agnibeni, Avenida Nova Aurora, Rua Santos Dias, Avenida Valdecy Sordi, Rua Lucas Palácio Barbosa, Avenida Nair Colla Dias, Rua 39, Avenida Hermínio Vignoto, Estrada Mauro Trindade, Avenida Rui Barbosa, rua Dom João VI, Avenida Dep. Borsari Neto, Rua Pedro Galindo Garcia, Rua Salvador Jordano e garagem.  <b>Totalizando 59, 8 KM/dia</b>
	<b>MANHÃ</b>	Atendera os Jd. Esperança, Jd. Monterey, Jd. do Ipês, Jd. Nova Aliança, Jd. Verão, Jd. Nova Paulista, Centro, Jd. Monte Libano.
	Início e término dos trajetos: Das 6h20 às 7h35.	Escolas: Escola Darci Mochi, Lar Nossa Senhora da Esperança, Escola Anchieta, Escola Tisuro, Colégio Lisboa, Ceebja, Colégio Olavo Bilac, Colegio Zanchim, percorrendo 16,974 Km.  Segue o ônibus pela Avenida Maringá, Rua Júlio Dvoranen, Rua Emílio Ângelo Panazol, Rua tito Salvalagio, Avenida Ângelo Perine, Estrada Octavio Colli virando a esquerda para a Rua Pioneiro Francisco Brogio a direita para Rua Cezário Mancine, Rua Carvalho, Avenida Pioneira Maria Leibantti Brogio, Avenida das Torres, Rua Pioneiro Francisco Brogio, Rua das Torres, Rua Assaí, Travessa das Torres, Rua Nossa Sr <sup>a</sup> Aparecida, Avenida Mafalda Guise Negri, Avenida Gov. Carlos Cavalcante de Albuquerque,



	<p>Travessa das Torres, Rua Assaí, Rua das Torres virando a esquerda Rua Pioneiro Francisco Brogio, Rua Pioneiro Guerino Darlin virando a direita Avenida Cuiabá, Rua Anesio Rodrigues, Avenida Dovelho Luchett virando a direita Rua Caetano Senhorini, Rua José Sabatine, Rua Adolfo Candiani, Rua Adelaide Baldo Zanin, Rua José Neves, Rua José Sabatine, Avenida Castelo Branco, Avenida Maringá, Avenida Ceará virando a esquerda Rua José Galindo Garcia virando a esquerda Rua das Samambaias, Avenida Maringá virando com esquerda Rua Jabaquara, Rua Universo, Rua das Nações virando a direita com Rua Roberto Cavallari Sobrinho virando a esquerda com a Avenida Maringá virando a direita para Rua Delegado Luiz Amaro virando a esquerda com Rua Jaçana, Praça Ipiranga, Avenida Maringá virando a esquerda Rua Atílio Salvalagio virando a direita com Avenida Ângelo Perini, Rua da Nave virando a esquerda Avenida João Fragall, Praça Kane Andó, Avenida Ângelo Perine virando a esquerda Rua Atílio Salvalagio, Rua Salvador Jordano, Rua Joaquim Ferlini, Avenida Maringá e garagem.</p>
<p><b>PERÍODO INTERMEDIÁRIO (MEIO DIA)</b></p> <p>Início e término dos trajetos: Das 11h20 às 13h10.</p>	<p>Atendera os Jd. Nova Paulista, Jd. Verão, Centro, Jd. Nova Aliança, Jd. dos Ipês, Jd. Monterey, Jd. Esperança.</p> <p>Escolas: Escola Tisuro, Escola Anchieta, Ceebja, Colégio Olavo Bilac, Escola Anchieta, Escola Tisuro, Colégio Lisboa, Colégio Olavo Bilac, percorrendo 27,141 km.</p> <p>Segue o ônibus pela Avenida Maringá, Praça Ipiranga, Avenida Maringá, Rua Jabaquara, Rua Universo, Rua Guilherme Sonogo segue a esquerda com a Avenida Maringá seguindo a direita com a Rua das Palmeiras, Rua das Palmas, Rua das Samambaias, Rua José Galindo Garcia, Avenida Amazonas, Avenida Maringá, Rua Delegado Luiz Amaro, Rua Jaçana, Avenida Londrina, Rua Antônio Volpato, Rua José Galindo Garcia, Avenida Ceará seguindo para esquerda na Avenida Castelo Branco, Rua Cetano Senhorini, Avenida Cuiabá, Rua José Pereira Sander, Avenida Dovelho Luchett, Rua Caetano Senhorini, Avenida Cuiabá, Rua Cezário Mancini, Rua Pioneiro Francisco Brogio, Rua Araxá, Rua Camapuã, Avenida Amambai, Rua Pioneiro Francisco Brogio, Rua Cezario Mancini, Rua Carvalho, Avenida Pioneira Maria Leibantti Brogio, Avenida das Torres, Rua Pioneiro Francisco Brogio, Rua das Torres, Rua Assaí, Travessa das Torres, Rua Nossa Senhora Aparecida, Rua Caetano Senhorini, Rua Ponta Porã, Rua Pioneiro Guerino Darlin, Avenida Cuiabá seguindo a esquerda para Rua Caetano Senhorini, Avenida Castelo Branco, Rua Florindo Neves, Rua José Galindo Garcia, Rua das Samambaias, Avenida Maringá seguindo a esquerda com a Rua Jabaquara, Rua Universo, Rua das Nações, Rua Roberto Cavallari Sobrinho, Avenida Maringá, Rua Delegado Luiz Amaro seguindo pra esquerda com a Rua Jaçana, Praça Ipiranga, Avenida Maringá e a garagem.</p>
<b>PERÍODO TARDE</b>	<p>Atendera os Jd. Nova Paulista, Jd. Verão, Jd. Nova Aliança, Jd. Vera Cruz, Jd. dos Ipês, Jd. Esperança, Jd.</p>



	<p>Início e término dos trajetos: 17:00 às 18:20.</p>	<p>Das Torres, Conjunto Res. José Richa, Jd. Monterey.</p> <p>Escolas: Escola Tisuro, Escola Anchieta, Escola, Escola Darci Mochi, Lar Nossa Senhora da Esperança, percorrendo 26,24 Km.</p> <p>Segue o ônibus pelas Avenida Maringá, Praça Ipiranga, Avenida Maringá, rua Jabaquara, Rua Universo, Rua Guilherme Sonego, Rua Augusto Birches Terrão, Rua Roberto Cavaleri Sobrinho, Avenida Maringá, Rua das Palmeiras, Rua das Palmas, Rua das Samambaias, Rua José Galindo Garcia, Avenida Ceara, Avenida Maringá, Avenida Castelo Branco, Rua Cetano Senhorini, Rua José Sebastião, Rua Adolfo Candiani, Rua Adelaide Zanin, Rua Caetano Senhorini, Avenida Cuiabá, Avenida João Martins Sorian, Avenida Divilho Luchett, Rua José Pereira Sander, Avenida Cuiabá, Rua Pioneiro Guerino Darlin, Rua Pioneiro Francisco Brogio, Rua das Torres, Rua Assaí, Travessa das Torres, Rua Nossa Senhora Aparecida, Rua Gov. Afonso Camargo, Avenida Mafalda Guise Negri, Avenida Gov. Carlos Cavalcante de Albuquerque, Travessa das Torres, Rua Assaí, Rua das Torres, Rua Pioneiro Francisco Brogio, Avenida das Torres, Avenida Pioneira Maria Leibantti Brogio, Rua dos Mognos, Rua Cezario Mancine, Rua Naviraí, Rua Santarém, Avenida Bela Vista, Rua Pioneiro Francisco Brogio, Estrada Octávio Colli, Avenida Ângelo Perine, Rua Atilio Salvalagio, Avenida Maringá e garagem.</p> <p><b>Totalizando 70,4 km/dia</b></p>
<p><b>ROTA - 03</b></p>	<p><b>MANHÃ</b></p> <p>Início e término dos trajetos: Das 6h30 às 7h30.</p>	<p>Atenderá os Jd. Aurora, Jd. Nova Aurora, Jd. Universal, Jd. Independência e Parque Alvamar.</p> <p>Escolas: Escolas Massami Koga, Escola Yoshio, CMEI Julia Volpato, Colégio Independência, Colégio Panoramas e Colégio Universitário, percorrendo 18,28 km.</p> <p>Segue o ônibus pelas Avenidas Maringá, Rua Salvador Jordano, Praça Ipiranga, Avenida Londrina, Avenida João Marangoni, Estrada Mauro Trindade virando a esquerda com a Avenida Herminio Vignoto, Rua Trinta e Nove, Avenida Nair Colla Dias, Rua Lucas Palácio Barbosa, Avenida Valdecy Sardi, Rua Santos Dias, Avenida Nova Aurora seguindo para Avenida Universal, Rua Estrela Dalva, Avenida Morangueira, Estrada Mauro Trindade virando a direita na Rua Manoel Antônio Barboza, Avenida Dep. Borsari Neto virando a direita para a Rua Pedro Alvares Cabral, Avenida Belo Horizonte, Rua Rio Ribeiro, Rua Conceição Aparecida de Magalhães, Rua Rio Novo, Rua Dezesesseis, Avenida Rio de Janeiro, Rua André Kovacz, Avenida Brasil, Avenida Ademar Bornia, Rua Antônio Volpato, Rua Inglaterra, seguindo pela Avenida Maringá, Rua Joaquim Ferlini, Rua Salvador Jordano e Garagem.</p>
	<p><b>PERÍODO INTERMEDIÁRIO</b></p>	<p>Atendera os Jd. Independência, Jd. Universal, Jd. Aurora, Jd. Nova Aurora, Jd. Universal, Jd. Independência, Parque</p>



	<p><b>(MEIO DIA)</b></p> <p>Início e término dos trajetos: Das 11h45 às 13h20.</p>	<p>Alvamar, Jd. Independência, Jd. Aurora, Jd. Nova Aurora, percorrendo 31,21 Km.</p> <p>Escolas Yoshio, CMEI Julia Volpato, CMEI Monteiro Lobato, Escola Masami Koga, Escola Yoshio, CMEI Julia Volpato, Colégio Independência, Colégio Panorama, Escola Machado de Assis e Colégio Universitário.</p> <p>Segue o ônibus pelas Rua Salvador Jordano, Praça Ipiranga, Avenida Londrina, Rua Manoel Antônio Barboza, Avenida João Marangoni seguindo ao esquerda para Estrada Mauro Trindade seguindo a direita para Avenida Universal, Rua Estrela Dalva, Avenida Morangueira, Rua Pionner, Estrada Mauro Trindade seguindo pela esquerda na Avenida Hermínio Vignoto, Rua Iraci Messias Theodoro, Rua Lucas Palácio Barbosa, Avenida Valdecy Sordi, Rua Santos Dias, Avenida Nova Aurora seguindo a esquerda para Avenida Universal, Rua Estrela Dalva, Avenida Morangueira segundo pela esquerda Estrada Mauro Trintada seguindo pela direita Rua Manoel Antônio Barboza, Avenida Dep. Borsari Neto seguindo para direita Rua Pedro Alvares Cabral, Avenida Barcelona, Rua Carlos Gomes, Avenida Belo Horizonte, Rua Rio Brilhante, Rua Conceição Aparecida Magalhães, Rua Rio Novo, Rua 16, Rua 112, Rua Rei Zumbi dos Palmares, Avenida Dep. Borsari Neto, Rua Antonio Afonso Martins seguindo a esquerda com Avenida Nova Aurora, Rua Santos Dias, Avenida Valdecy Sordi, Rua Lucas Palácio Barbosa, Avenida Nair Colla Dias, Rua 39, Avenida Hermínio Vignoto seguindo ao direita Estrada Mauro Trindade, Avenida Rui Barbosa, Avenida Dep. Borsari Neto, Rua Pedro Galindo Garcia, Rua Salvador Jordano e Garagem.</p>
	<p><b>PERÍODO TARDE</b></p> <p>Início e término dos trajetos: 17:00 às 18:20.</p>	<p>Atendera os Jd. Independência, Parque Alvamar, Jd. Universal, Jd. Aurora, Jd. Nova Aurora.</p> <p>Escolas: Escola Yoshio, CMEI Julia Volpato, CMEI Monteiro Lobato, Escola Massami Koga, Colégio Universitário, percorrendo 28, 13 km.</p> <p>Segue o ônibus pelas Rua Salvador Jordano, Praça Ipiranga, Avenida Londrina, Rua Manoel Antônio Barboza, Avenida João Marangoni, Estrada Mauro Trindade, Avenida Universal, Rua Estrela Dalva, Avenida Morangueira, Estrada Mauro Trindade, Rua Affonso Agnibeni, Rua 109, Rua 13, Rua Conceição Aparecida Magalhães, Rua Rio Novo, Rua Affonso Agnibeni, Avenida Nova Aurora, Rua Santos Dias, Avenida Valdecy Sordi, Rua Lucas Palácio Barbosa, Avenida Nair Colla Dias, Rua 39, Avenida Hermínio Vignoto, Estrada Mauro Trindade, Avenida Rui Barbosa, rua Dom João VI, Avenida Dep. Borsari Neto, Rua Pedro Galindo Garcia, Rua Salvador Jordano e garagem.</p> <p><b>Totalizando 77,6 Km/dia</b></p>

Tabela 2



## **2 FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2 O Plano de Contratações Anual - PCA não foi elaborado no exercício anterior, razão pela qual o objeto da contratação não consta no referido plano.

## **3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## **4 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **SUSTENTABILIDADE**

4.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

- ✓ Os veículos utilizados deverão estar em conformidade com normas ambientais vigentes, com tecnologias que promovam eficiência energética e reduzam a emissão de poluentes;
- ✓ A contratada deverá adotar práticas de manutenção preventiva que prolonguem a vida útil da frota, reduzindo o consumo de recursos e minimizando impactos ambientais;
- ✓ Deverá ser realizada a adequada gestão de resíduos gerados na operação da frota, como pneus, óleos lubrificantes e filtros, atendendo à legislação ambiental aplicável;
- ✓ A empresa contratada deverá promover treinamento contínuo aos motoristas e pessoal de apoio, conscientizando-os sobre práticas sustentáveis, condução econômica e segura;
- ✓ Sempre que possível, a seleção de fornecedores, produtos e serviços relacionados à execução do objeto deverá



privilegiar critérios de sustentabilidade e responsabilidade ambiental;

✓ A contratada deverá fornecer relatórios periódicos contendo informações sobre quilometragem percorrida e medidas implementadas para reduzir impactos ambientais, garantindo transparência e possibilitando acompanhamento pela Administração;

✓ Esses requisitos visam assegurar a execução do serviço com responsabilidade ambiental, eficiência operacional e alinhamento às políticas públicas de sustentabilidade, promovendo o uso racional de recursos e o cumprimento das normas legais aplicáveis.

## **LICITAÇÃO DIFERENCIADA PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS**

4.2 Esta licitação será para ampla concorrência, conforme justificativa apresenta no Comunicado Interno 68/2026 - Administração.

## **VISTORIA**

4.3 Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

## **5 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO**

5.1 A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

I. A contratada deverá fornecer 03 (três) motorista de transporte escolar devidamente habilitados para conduzir veículos de transporte escolar, devendo cada motorista atender integralmente os requisitos estabelecidos na tabela 2, e dos tópicos abaixo 5.2, 5.3.1 deste Termo de Referência, bem como a legislação vigente aplicável a atividade.

II. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequências e periodicidade da execução do trabalho.





III. A contratada deverá iniciar a execução dos serviços após o recebimento da Nota de Empenho ou documento equivalente, sendo o transporte escolar realizado diariamente de segunda a sexta no período diurno, pelo calendário escolar definido pela Secretaria de Educação, de acordo com as rotas e horários definidos neste termo de referência durante o ano letivo de 200 (duzentos) dias, com início das atividades programado para 04/02/2026.

## 5.2 Os ônibus deverão:

- ✓ Possuir no mínimo 26 (vinte e seis) lugares e deverão ter autorização do DETRAN para transporte escolar.
- ✓ Possuir vistoria semestral vigente.
- ✓ Possuir cinto de segurança em todos os assentos, conforme art. 136 VI, do Código de Trânsito Brasileiro.
- ✓ Possuir saídas de emergência.
- ✓ Possuir tacógrafos aferido, conforme normas do código de Trânsito Brasileiro.
- ✓ Ter fixação na parte interna e em local visível a autorização vigente do DETRAN para o funcionamento como veículo de transporte escolar, conforme art. 137 do CBT.
- ✓ Ter fixação na parte interna e em local visível o certificado de inspeção técnica (LIT) semestral, dos equipamentos obrigatórios de segurança (INMETRO ou outros indicados pelo DETRAN- PR).
- ✓ Conter nas partes laterais e traseira uma faixa amarela, com 40 cm (quarenta centímetros) de largura, pintada em letras pretas, a palavra "ESCOLAR", de acordo com Código Nacional de Trânsito.
- ✓ Possuir os equipamentos obrigatórios normais e estar também equipado com fecho interno de segurança nas portas, saídas de emergência.
- ✓ Possuir lanternas de luz branca, fosca ou amarela dispostas nas extremidades da parte superior dianteira e lanternas de luz vermelha dispostas nas extremidades superiores da parte traseira, conforme art. 136, parágrafo V, do Código de Trânsito Brasileiro.
- ✓ Possuir sinal sonoro de marcha-ré.





- ✓ Ter seguro contra terceiros e de passageiro.
- ✓ O veículo deve ter no máximo 20 (vinte) anos de fabricação na data de apresentação da proposta.
- ✓ O veículo precisa estar devidamente licenciado e com o seguro obrigatório atualizado.
- ✓ O veículo deve passar por inspeções regulares, tanto mecânicas quanto de segurança, para garantir que esteja em condições de operação. Isso inclui verificação de pneus, sistema de freios, motor, suspensão, direção e iluminação.

### **5.3 Dos Condutores/Motoristas deverão:**

- ✓ Apresentar documentos de Registro Geral, Carteira Nacional de Habilitação e CPF válidos e:
- ✓ Apresentar certidão negativa do DETRAN relativa a multas recebidas. Comprovar a não obtenção de infrações graves ou gravíssimas ou reincidência em infrações médias durante os últimos 12 meses.
- ✓ Ser maior que 21 anos.
- ✓ Estar habilitado na categoria compatível com transporte escolar há pelo menos 1 ano.
- ✓ Apresentar certidão negativa referente a processos criminais.
- ✓ Apresentar certificado de conclusão do Curso de Formação de Condutores.
- ✓ Não estar cumprindo pena de suspensão ou cassação do direito de dirigir.

#### **5.3.1 O Condutor de transporte escolar deve cumprir as seguintes regras:**

- ✓ Não transportar combustíveis, pneus e outros materiais/equipamentos que coloquem em risco a segurança dos alunos.
- ✓ Não usar telefone celular ou equipamentos sonoros.
- ✓ Não se relacionar afetivamente com estudantes, além observar os deveres de urbanidade, atenção e camaradagem decorrentes da prestação dos serviços.



- ✓ Não usar bebida alcoólica durante o expediente de trabalho.
- ✓ Não fumar no interior do veículo ou em lugares onde existe trânsito ou permanência de escolares.
- ✓ Deve portar crachá que identifique seu nome, número de identidade e Empresa para qual trabalha.
- ✓ O embarque e desembarque de alunos deverá ser efetuado pelo lado da calçada ou da margem da estrada à direita do veículo.
- ✓ O embarque e desembarque deverá ser nos pontos determinados pelo Município.
- ✓ Apresentar-se para o trabalho, trajado adequadamente e zelar pela limpeza e bom estado de suas vestimentas e visual.
- ✓ Conduzir o veículo com segurança e responsabilidade, respeitando as normas de trânsito.

#### 5.3.2 A Empresa deve:

- ✓ Possuir 3 Profissionais (motoristas de transporte escolar)
- ✓ Zelar pelas condições de higiene e limpeza dos veículos de transporte escolar.
- ✓ Zelar para que as condições de funcionamento do veículo sejam adequadas à segurança dos alunos.
- ✓ Comunicar a Empresa e a Secretaria Municipal de Educação quaisquer ocorrências que possam prejudicar ou dificultar a execução do serviço.
- ✓ Comunicar a Secretaria Municipal de Educação se presenciarem alunos usuários do transporte escolar que estejam promovendo casos de bullying (atitudes agressivas, intencionais e repetidas que ocorrem sem motivação evidente, adotadas por um ou mais estudantes contra outros, causando dor e angústia e executadas dentro de uma relação desigual de poder), vandalismos e outras situações que porventura ocorram durante o itinerário do transporte escolar
- ✓ O início da execução do objeto será iniciado após a emissão de nota empenho e/ou assinatura do contrato, na forma como segue:



- ✓ Os serviços serão executados conforme calendário escolar, suas alterações e demais reposições necessárias.
- ✓ O prazo de execução dos serviços será conforme mencionado no item 3.1 das rotas.
- ✓ Os serviços deverão ser prestados conforme regulamenta a Lei N° 9.503- Código de Trânsito Brasileiro, inclusive o Capítulo de Condução de Escolares.
- ✓ Nas rotas constantes no item 3.1 estão com a quilometragem a partir do embarque dos estudantes, está excluído o deslocamento da Sede da empresa até o local do início da linha, devendo a proponente ajustar seus custos conforme valores da quilometragem dia.
- ✓ Competirá à CONTRATADA a admissão de motoristas e funcionários, devidamente habilitados e capacitados, necessários ao desempenho dos serviços, correndo por sua conta, encargos sociais e exigências das leis trabalhistas, podendo o CONTRATANTE solicitar a qualquer momento documentos comprobatórios
- ✓ Todas as despesas necessárias à execução dos serviços serão de responsabilidade da CONTRATADA e deverão obedecer aos padrões estabelecidos pelo CONTRATANTE, assim como as despesas decorrentes de combustíveis, manutenção e operação dos veículos serão de responsabilidade da CONTRATADA.
- ✓ Caberá a CONTRATADA manter em dia o Licenciamento e demais impostos dos veículos do transporte, bem como verificar se não há infrações nas CNH's dos condutores

5.3.3 A prestação dos serviços que são objeto desta licitação não gera vínculo empregatício entre os empregados da contratada e a administração vedando-se qualquer relação entre eles que caracterize pessoalmente e a subordinação direta.

#### **MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS**

5.4 Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar, em condições adequadas de uso e segurança, os veículos necessários ao cumprimento das rotas contratadas, devidamente licenciados, equipados e identificados conforme a legislação vigente, bem como fornecer os motoristas habilitados e





demaís profissionais eventualmente exigidos. A Contratada será responsável pela manutenção preventiva e corretiva da frota, abastecimento, seguros, taxas, encargos trabalhistas e demais obrigações necessárias para a plena execução do objeto.

## **GARANTIA DO OBJETO**

5.5 O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## **6 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

## **ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO**

6.5 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

## **FISCALIZAÇÃO**

6.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.



## FISCALIZAÇÃO TÉCNICA

6.7 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.13 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.14 As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.15 Para a compensação da jornada prevista no Decreto 12.174, de 2024, e na Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024, na hipótese de os trabalhadores prestarem serviços para unidades distintas, caberá ao fiscal setorial fazer a interlocução com os responsáveis pelas unidades de execução onde o trabalhador presta os serviços, para o fim da avaliação sobre a compensação





pretendida. Em não havendo designação de fiscal setorial, a competência recairá no fiscal técnico.

6.16 O controle das horas compensadas será feito por meio de registros decorrentes do ponto eletrônico da contratada ou outros meios admitidos pela legislação trabalhista.

6.17 O fiscal técnico deverá incluir no relatório mensal ou no termo de recebimento provisório a informação consolidada sobre compensação de jornada pelos trabalhadores alocados no contrato.

6.18 Caso o período de ausência corresponda a um dia de trabalho, o fiscal observará se foi efetuado o desconto do pagamento do vale transporte na fatura apresentada pela contratada, exceto quando a compensação recair em um dia no qual o trabalhador não exerceria suas atividades.

6.19 O desconto do valor referente ao vale-alimentação só deverá ser realizado se as horas de ausência não venham a ser compensadas posteriormente e a convenção coletiva ou o acordo coletivo aplicável estabelecer que o benefício está vinculado ao dia trabalhado.

6.20 Caso a ausência seja parcialmente compensada, o desconto do valor do vale alimentação será proporcional ao período não compensado.

6.21 Na hipótese de diminuição excepcional e temporária dos serviços, inclusive em razão de recesso de final de ano, o fiscal do contrato, apoiado na decisão do gestor de realizar escalas de revezamento dos trabalhadores, conferirá se a escala apresentada atende às necessidades de manutenção dos serviços de cada unidade, dando ciência ao gestor do contrato.

6.22 O total de horas calculadas para o recesso deverá ser compensado a partir da fixação da escala de revezamento, com cumprimento integral até o mês subsequente ao do recesso.

6.23 O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório, com as seguintes informações:

I. se o saldo de horas se encontra positivo, caso ainda não usufruído o recesso;

II. se o recesso foi parcialmente compensado, caso o recesso tenha sido usufruído, mas a compensação não tenha sido concluída;



III. se o recesso foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou

IV. se há saldo em aberto, com sugestão de glosa no pagamento da fatura, caso a compensação não tenha sido concluída até o mês imediatamente subsequente ao recesso.

6.24 Quando o trabalhador manifestar interesse na compensação de jornada por necessidade de ausência eventual, deverão ser realizadas as seguintes ações:

I. O trabalhador deverá informar previamente a sua intenção de compensar a jornada ao responsável pela unidade de execução onde desempenha suas atividades;

II. O responsável pela unidade avaliará a viabilidade da compensação e, em caso de concordância, comunicará o fiscal do contrato;

III. O fiscal do contrato informará o preposto da empresa sobre a compensação pretendida e a data prevista da ausência do trabalhador; e

IV. Após a formalização da compensação, o fiscal do contrato poderá efetuar o recebimento provisório, informando o saldo de horas a compensar para fins de controle, sem indicação de glosa.

6.25 Neste caso, o fiscal do contrato poderá efetuar o recebimento provisório, informando o saldo de horas a compensar para fins de controle, sem indicação de glosa.

6.26 O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório com as seguintes informações:

I. se o saldo de horas objeto do recebimento anterior foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou

II. se o saldo de horas não foi integralmente compensado, com a sugestão de glosa no pagamento da fatura.

## **FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA**

6.27 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de





apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.28 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.29 A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

6.30 Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

6.30.1 No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

I. no primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

II. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

III. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;

IV. exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e

6.30.2 Entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):

I. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

I. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do Contratado;





II. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

III. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

6.30.3 Entrega, quando solicitado pelo Contratante, de quaisquer dos seguintes documentos:

I. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração Contratante;

II. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a parte contratante;

III. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

IV. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado;

V. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato; e

VI. documentos comprobatórios de que o capital social integralizado da empresa é compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974.

6.31 A fiscalização administrativa acompanhará o planejamento e a programação das férias dos colaboradores terceirizados alocados no contrato, a serem realizados pela contratada, a fim de assegurar a previsibilidade da época de gozo das férias, como previsto no inciso I do art. 3º do Decreto n.º 12.174, de 11 de setembro de 2024, nos termos da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 29 de maio de 2025.

6.32 A programação da fruição das férias será realizada com, no mínimo, sessenta dias de antecedência ao término do período aquisitivo, salvo quando o período aquisitivo se encerrar nos primeiros noventa dias da vigência contratual.

6.33 A contratada poderá solicitar reunião com a fiscalização contratual, antes da definição da programação da fruição das férias, para dirimir eventuais dúvidas sobre as rotinas da prestação de serviço estabelecidas neste Termo de Referência.





6.34 O planejamento será formalizado por meio do relatório de programação de férias, no qual será informada a época de fruição de férias de cada colaborador terceirizado.

6.35 O relatório de programação das férias conterá a relação dos colaboradores terceirizados alocados no contrato, cargo ou função, data de admissão e alocação no posto e informações sobre as férias, incluindo as datas de início e fim do período aquisitivo, do período concessivo e da fruição das férias, caso já estejam programadas, bem como o parcelamento dos períodos de férias, se houver.

6.36 A contratada deverá enviar à fiscalização administrativa:

I. até o quinto dia útil de cada mês, a partir do segundo mês da execução contratual, o relatório de programação das férias dos colaboradores terceirizados, observados os prazos do art. 5º da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 2025;

II. em até 5 dias úteis após a ciência do colaborador terceirizado, o recibo de concessão de férias, conforme o art. 135 da CLT e o inciso IV do art. 50 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

6.37 O planejamento e a programação deverão garantir que as férias sejam fruídas, sempre que a vigência contratual permitir, dentro de doze meses, contados a partir da data do direito adquirido, conforme o art. 134 da CLT, de modo a mitigar as ocorrências de pagamento indenizado, observado o disposto no art. 8º da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 2025.

6.38 Após a programação das férias, eventuais alterações deverão ser comunicadas à fiscalização administrativa com, no mínimo, noventa dias de antecedência do início da fruição das férias, mediante justificativa, indicando-se, para tanto, um dos motivos elencados no parágrafo único do art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 2025.

## **GESTOR DO CONTRATO**

6.39 Cabe ao gestor do contrato:

I. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando



relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

II. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

III. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

IV. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

V. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

VI. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

VII. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.40 Além das disposições relacionadas acima para gestão e fiscalização do objeto desta licitação, deverá ser observado a [Instrução Normativa nº 17/2023 - Controladoria Geral do Município de Sarandi](#).

6.41 O gestor(es) e fiscal(is) para execução do objeto são os indicados nas Portarias nº 1603/2026, ou aquela que vier a substituir.



## 7 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

### RECEBIMENTO

7.1 Ao final de cada período/evento de faturamento:

I. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.2 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.4 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.4.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.4.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;



7.4.3 Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.4.4 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.4.5 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.5 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.7 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## LIQUIDAÇÃO

7.8 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, inciso I do [Decreto nº 1308/2023](#).

7.9 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I. a data da emissão;
- II. os dados do contrato e do órgão contratante;
- III. o período respectivo de execução do contrato;
- IV. o valor a pagar; e
- V. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.





7.10 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

7.11 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.12 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

I. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

II. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.12.1 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.12.2 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.12.3 Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.13 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.



## **PRAZO DE PAGAMENTO**

7.14 O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 7º, inciso II do [Decreto nº 1308/2023](#).

7.15 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) de correção monetária.

## **FORMA DE PAGAMENTO**

7.16 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.17 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.18 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.18.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.19 O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **8 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA**

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade Pregão, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.



Justificativa O serviço de transporte escolar enquadra-se como **serviço contínuo**, conforme previsto no art. 6º, inciso XL, da Lei nº 14.133/2021, que define como contínuas as atividades cuja interrupção possa comprometer a continuidade das funções essenciais da Administração. No caso da educação, o transporte escolar é indispensável para garantir dos alunos as unidades de ensino, constituindo atividade essencial ao cumprimento da carga horária obrigatória e ao pleno desenvolvimento do processo educativo.

A prestação do serviço deverá ser prestado em **regime de dedicação exclusiva de mão de obra**, devendo os condutores permanecerem à disposição exclusiva de horários definidos pela Secretária de Educação, sendo vedado o compartilhamento desses profissionais com outros contratos ou atividades privadas durante o período de execução do serviço, conforme dispõe o art. 6º, inciso XVI, da Lei nº 14.133/2021.

## CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS

8.2 Em se tratando de serviços contínuos executados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, somente serão aceitas, nos termos do edital, propostas que adotem, na planilha de custos e formação de preços, valores iguais ou superiores aos orçados pela Administração para as seguintes parcelas, conforme estimativa baseada no(a) Convenção Coletiva de Trabalho do Sindicato da categoria profissional de Maringá-Paraná, utilizado(a) como paradigma:

- I. salário-base **unitário** de R\$ 2.398,11 por profissional. salário-base, no valor **mensal** total de R\$ 7.194,33, correspondente a **03 (três) motoristas**;
- II. auxílio-alimentação, no valor mensal de R\$ 735,00; e
- III. benefícios de natureza trabalhista ou social que contemplem todos os trabalhadores representados pelo sindicato laboral, a saber:
- IV. Férias, no valor mensal de R\$ 599,52;
- V. Adicional constitucional de 1/3 de férias, no valor mensal de R\$ 199,83; e 13º salário, no valor mensal de R\$ 599,52

8.2.1 Em caso de divergência entre os valores considerados no orçamento da Administração e os valores constantes da norma



coletiva do licitante, a proposta deverá considerar o maior valor entre ambos;

8.2.2 Os valores orçados pela Administração constam na planilha de custo, Anexo II.

## **DA PARTICIPAÇÃO**

8.3 Nesta licitação será vedada a participação de:

- ✓ Empresas reunidas em consórcio

Justificativa: A participação de empresas em consórcio não é autorizada para esta contratação, pois o serviço de transporte escolar exige gestão centralizada, responsabilidade única, respostas imediatas e controle direto da execução, especialmente quanto a segurança dos alunos, rotas e substituição de veículos. A adoção de consórcios pode dificultar a fiscalização, aumentar custos operacionais e não traz vantagem para a Administração, considerando que o mercado local possui empresas individualmente aptas a execução dos serviços.

## **TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA ME/EPP**

8.4 Considerando o Comunicado Interno 68/2026 - Administração: "Neste certame não deverá ser aplicado tratamento diferenciado às ME/EPPs previsto no art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006, considerando a pesquisa de preços realizado no valor estimado de R\$ 760.548,00 (setecentos e sessenta mil, quinhentos e quarenta e oito reais), e em razão de o objeto ser prestação de serviço contínuo de transporte escolar, cuja natureza exige execução integrada, padronizada e ininterrupta, não sendo tecnicamente viável a divisão de cotas ou reserva de percentual para contratação exclusiva de ME/EPPs.

## **FORMA DE CONTRATAÇÃO**

8.5 ☒ Contrato

Justificativa: Por se tratar de contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de transporte escolar diário, em caráter contínuo, esta licitação será formalizada por meio de contrato, conforme regras constantes ao anexo do Edital. Ressalta-se que a empresa contratada será responsável



integralmente pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e sociais decorrentes da mão de obra disponibilizada, incluindo salários, encargos sociais, férias, 13º salário, vale-transporte e demais direitos previstos em lei. A formalização contratual garante maior segurança jurídica, assegura a continuidade e a qualidade dos serviços prestados, além de permitir à Administração Pública realizar a devida fiscalização quanto ao cumprimento das obrigações contratuais e trabalhistas pela empresa contratada. Ademais, a adoção do contrato possibilita maior previsibilidade de custos e atendimento ao princípio da economicidade, evitando contratações emergenciais ou fragmentadas que poderiam onerar a Administração.

## **EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO**

### ***Habilitação jurídica***

8.6 Para fins de Habilitação Jurídica, deverá o interessado apresentar, conforme o caso, o(s) documento(s) a seguir:

I. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

II. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

III. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

IV. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

V. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou





estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

VI. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

VII. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

VIII. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.6.1 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### ***Habilitação fiscal, social e trabalhista***

8.7 Para fins de Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista, deverá o interessado apresentar, conforme o caso, o(s) documento(s) a seguir:

I. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

II. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

III. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);





IV. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

V. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

VI. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.7.1 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.7.2 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### ***Qualificação Econômico-Financeira***

8.8 Para fins de Qualificação Econômico-Financeira, deverá o interessado apresentar, conforme o caso, o(s) documento(s) a seguir:

I. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

II. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

III. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício (DRE) e demais demonstrações contábeis referentes aos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

8.9 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, nos termos do art. 65, § 1º da Lei 14.133/2021;

8.10 Quando a pessoa jurídica tiver sido constituída há menos de 2 (dois) anos, os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício social;

8.11 As demonstrações contábeis deverão ser exigidas observando o limite definido pela Receita Federal do Brasil para obrigatoriedade de transmissão da Escrituração Contábil Digital – ECD ao Sped, quando aplicável.

8.12 Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de 10% (dez) do valor total estimado da contratação

8.12.1 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser comprovado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo licitante.

*Justificativa (art. 18, IX da Lei nº 14133/2021): A exigência de qualificação econômico-financeira fundamenta-se no Art. 69 da Lei 14.133/2021, visando assegurar que a contratada possua condições financeiras de suportar os custos operacionais dos transportes escolar (combustível, manutenção e pessoal) sem depender exclusivamente dos repasses mensais, garantindo a continuidade ininterrupta do serviço público e a segurança dos estudantes.*

### **Qualificação Técnica**

8.13 Para fins de qualificação técnica, deverá o interessado apresentar, conforme o caso, o(s) documento(s) a seguir:





I. Atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a prestação de serviços de transportes de passageiros com objeto desta contratação, escutados por período mínimo de 6 (seis) meses nos termos do art. 67, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

a) Os atestados deverão conter identificação do emitente responsável, incluído sua qualificação (nome ou razão, CPF, ou CNPJ e endereço), bem como os dados da empresa executara dos serviços.

*Justificativa (art. 18, IX da Lei nº 14133/2021): A exigência de atestado de capacidade técnica com execução mínima de 6 meses justifica-se pela natureza sensível do serviço, que demanda experiência consolidada na gestão de rotas e segurança no transporte de passageiros vulneráveis. Tal requisito visa garantir que a licitante possui expertise operacionais e administrativas já testada, reduzindo riscos de interrupção do serviço ou falhas de segurança que poderiam comprometer a integridade dos alunos e ao calendário escolar.*

## 9 ASPECTOS CONTRATUAIS

### VIGÊNCIA DO CONTRATO

9.1 O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano, limitado a 5 anos, contados a partir da publicação, prorrogável, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2 O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

### REPACTUAÇÃO

9.3 Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do Contratado.

9.3.1 As regras acerca da repactuação dos preços contratados são aquelas definidas no Contrato.

### SUBCONTRATAÇÃO

9.4 É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor contratual, desde que não





caracterize a execução principal do objeto, não comprometa a continuidade, a regularidade e a segurança do transporte escolar.

9.4.1 A subcontratação parcial estará condicionada à avaliação individualizada de cada situação específica, sendo permitida a locação de veículos, a contratação de seguros e outras situações, se necessárias, desde que todas sejam previamente e expressamente autorizadas pela contratante.

9.4.2 Na hipótese de subcontratação parcial, a depender do objeto subcontrato, a empresa contratada deverá apresentar, no momento da formalização, a documentação exigida no momento da habilitação e celebração do instrumento contratual, relativa à empresa indicada para execução por terceiros.

9.5 A empresa contratada permanecerá integralmente responsável pela execução do contrato, seja por ela ou subcontratação, inclusive pelos veículos seguros e demais obrigações legais, e contratuais, respondendo solidariamente por quaisquer falhas, danos ou irregularidades decorrentes da atuação da subcontratada.

## **GARANTIA DA CONTRATAÇÃO**

9.6 Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

## **OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

9.7 São obrigações do CONTRATANTE:

- I. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o Edital e seus anexos;
- II. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- III. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- IV. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;





V. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

VI. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto e cumprimento das obrigações deste instrumento;

VII. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

VIII. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

IX. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste instrumento;

X. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

- a) indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;
- b) fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;
- c) estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;
- d) definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
- e) demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e
- f) prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

XI. Cientificar a Secretaria Municipal de Educação, para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

XII. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes,



meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

a) A Administração terá o prazo de 60 (sessenta), a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

XIII. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 60 (sessenta);

XIV. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

9.8 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

9.9 O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes do Edital e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

I. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

II. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

III. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;



IV. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;
- d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

V. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

VI. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

VII. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

VIII. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

IX. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;



- X. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- XI. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- XII. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- XIII. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- XIV. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- XV. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- XVI. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- XVII. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- XVIII. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- XIX. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- XX. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;



XXI. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

XXII. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

XXIII. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

XXIV. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

XXV. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

XXVI. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

XXVII. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

XXVIII. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;

XXIX. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

XXX. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

XXXI. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;



XXXII. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

## INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.10 O descumprimento das disposições contidas neste Termo de Referência e/ou contratuais sujeita a CONTRATADA as seguintes sanções administrativas:

### *Sanções aplicáveis*

9.11 Ao contratado que incorrer nas infrações acima poderão ser aplicadas, isolada ou cumulativamente, conforme a gravidade da conduta:

- I. Advertência;
- II. Multa;
- III. Rescisão contratual;
- IV. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município; e
- V. Declaração de inidoneidade.

9.12 A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

### *Graduação das multas*

9.13 As multas poderão ser aplicadas de acordo com o grau de severidade da infração, conforme listado abaixo:

Grau de severidade	Aplicação
L1 - Leve	Advertência formal;
M1 - Moderado	Multa de 0,5% (meio por cento) do valor total do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação;
M2 - Moderado	Multa de 1% (um por cento) do valor total do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação; e
M3 - Moderado	Multa de 2% (dois por cento) do valor total do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa,

	conforme a natureza da obrigação.
<b>G1 – Grave</b>	Multa de 4% (quatro por cento) do valor total do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação; e
<b>G2 – Gravíssimo</b>	Rescisão contratual cumulada com multa de 2% (dois por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato.

Tabela 3

9.14 O grau de severidade inicial da penalidade será determinado considerando a conduta e a primariedade ou reincidência da contratada, conforme tabela a seguir:

Nº	Conduta	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
1	Atraso injustificado do início da execução	L1	M1	M2	M3	G1	G2
2	Deixar de cumprir determinação ou instrução formal do CONTRATANTE, inclusive as emitidas pela equipe de fiscalização do Contrato.	L1	M1	M2	M3	G1	G2
3	Deixar de entregar a documentação exigida neste Termo de Referência dentro dos prazos estipulados.	L1	M1	M2	M3	G1	G2
4	Deixar de manter a documentação de habilitação ou cadastro no SICAF atualizados ou recusar-se a apresentar documentos complementares relacionados à sua habilitação (documentação fiscal, documentação trabalhista e/ou documentação previdenciária).	L1	M1	M2	M3	G1	G2
5	Emitir Nota Fiscal sem autorização de faturamento pelo Gestor do Contrato e/ou atrasar a apresentação de Nota Fiscal sem justificativa, em desacordo com o fluxo de fiscalização pactuado.	L1	M1	M2	M3	G1	G2
6	Erro formal na nota fiscal ou documentação	L1	M1	M2	M3	G1	G2
7	Não apresentação de documentação complementar solicitada	L1	M1	M2	M3	G1	G2
8	Não responder a contatos e/ou solicitações da Equipe de Fiscalização no prazo estabelecido.	L1	M1	M2	M3	G1	G2
9	O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, do Termo de Referência, especificações ou prazos.	L1	M1	M2	M3	G1	G2
10	Quando o preposto de forma injustificada não se apresentar em reunião pré-agendada	L1	M1	M2	M3	G1	G2
11	Recusar, suspender ou interromper a prestação dos serviços contratados, salvo motivo de força maior ou caso fortuito devidamente justificado.	L1	M1	M2	M3	G1	G2

12	Utilizar ou manter na execução direta dos serviços, durante a vigência contratual, funcionário que não atenda aos requisitos mínimos exigidos para o respectivo perfil profissional E/OU deixar de efetuar sua substituição após notificação pelo CONTRATANTE.	L1	M1	M2	M3	G1	G2
13	Descumprir determinação formal da fiscalização	M1	M2	M3	G1	G2	-
14	Perder as condições de habilitação durante a execução	M1	M2	M3	G1	G2	-
15	Deixar de efetuar o pagamento de salários, vale transporte, vale refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como deixar de arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas de sua responsabilidade relacionadas à execução do CONTRATO.	M1	M2	M3	G1	G2	-
16	O não cumprimento de cláusulas contratuais, do Termo de Referência, especificações ou prazos	M1	M2	M3	G1	G2	
17	Ausência de garantia contratual, quando exigida	M2	M3	G1	G2	-	-
18	Tentativa de renegociação indevida após homologação	M2	M3	G1	G2	-	-
19	Abandono contratual	G2	-	-	-	-	-
20	Cobrança indevida ou superfaturamento deliberado	G2	-	-	-	-	-
21	Envio de documentação falsa ou adulterada	G2	-	-	-	-	-
22	Fraude, conluio ou má-fé na execução	G2	-	-	-	-	-
23	A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique a execução do contrato.	G2	-	-	-	-	-
24	Apresentar documento falso ou fazer declaração falsa.	G2	-	-	-	-	-
25	Desistir da prorrogação contratual após sua expressa manifestação de interesse na prorrogação.	G2	-	-	-	-	-

Tabela 4

9.15 O rol das infrações descritas na tabela acima não é exaustivo, não excluindo a aplicação de outras sanções previstas em lei.

9.16 O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato.

9.17 Em caso de atraso ou não cumprimento de obrigação, a severidade inicial da sanção será elevada a cada 05 (cinco) dias úteis, caso a obrigação não seja devidamente adimplida, implicando



a cumulação das gradações da(s) sanção(ões) aplicada(s) (L1 + M1 + M2 + M3 + G1 + G2), excetuadas as penas de multas específicas.

9.18 No caso de atraso por mais de 30 (trinta) dias, ou de o somatório das multas aplicadas por atraso ou inadimplemento ultrapassarem o percentual de 20% (vinte por cento) do valor do contrato, fica facultado ao CONTRATANTE rescindir unilateralmente o contrato.

9.19 A fixação de multas compensatórias ou moratórias não obsta o ajuizamento de demanda buscando indenização suplementar, caso o valor do dano seja superior ao valor da multa aplicada.

9.20 O valor da multa poderá ser descontado do pagamento devido à CONTRATADA, observado o contraditório e a ampla defesa.

9.21 Se o valor do pagamento for insuficiente, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.

9.22 Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao Município, esse será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

9.23 As sanções administrativas serão aplicadas em procedimento administrativo autônomo, garantindo-se o contraditório e ampla defesa à CONTRATADA.

9.24 A aplicação de multas de graus G1 e G2 poderá ser acompanhada das seguintes sanções:

I. impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

II. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação e ressarcimento dos prejuízos resultantes, respeitado o limite máximo de 5 (cinco) anos.

9.25 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.26 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.27 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).





9.28 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.29 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.30 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.31 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- I. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II. as peculiaridades do caso concreto;
- III. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV. os danos que dela provierem para o Contratante;
- V. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.32 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

9.33 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o



contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.34 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2.

## **10 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

10.1 O valor estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 760.548,00 (setecentos e sessenta mil quinhentos e quarenta e oito reais).

10.1.1 Para definir os preços máximos aceitáveis, foi realizada uma pesquisa de preços conforme o artigo 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. A metodologia utilizada para determinar esses preços está detalhada no MAPA DE PESQUISA DE MERCADO, que se encontra anexado ao processo, nas folhas 60 a 62.

## **11 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município de Sarandi/PR.

11.2 Os recursos são de Transferências Voluntárias Federal para o Município? Não.

11.3 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

12.002.12.365.0022.2.307.3.3.90.39.00.00. - 1107 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

12.003.12.361.0023.2.311.3.3.90.39.00.00. - 1107 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

12.003.12.361.0030.2.316.3.3.90.39.00.00. - 1107 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

11.4 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.



## 12 DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.







# APÊNDICE ANEXO I - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

## DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

CONSIDERANDO que a política do transporte escolar segue o princípio da universalidade, estabelecendo a responsabilidade de cada ente da federação na execução deste, sendo embasada pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/96;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal de 1988 assegura ao aluno da escola pública o direito ao transporte escolar, como forma de facilitar seu acesso à educação, e que a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional-LDB também prevê tal direito mediante a obrigação dos Estados e Municípios, conforme segue:

*Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:  
VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)*

CONSIDERANDO a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/96, (com acréscimo da Lei nº 10.709/2003):

Art. 10. Os Estados incumbir-se-ão de:

VII - assumir o transporte escolar dos alunos da rede estadual. (Incluído pela Lei nº 10.709, de 31.7.2003)

Art. 11. Os Municípios incumbir-se-ão de:

VI - Assumir o transporte escolar dos alunos da rede municipal.(Incluído pela Lei nº 10.709, de 31.7.2003)

CONSIDERANDO a Lei nº 10.709, foi instituída com escopo de alterar a Lei nº 9.394/96, incluindo os artigos 10 e 11 e incisos VII e VI para determinar competência aos estados e municípios em garantir o transporte para os alunos de suas respectivas redes de ensino. Vale destacar que o art. 3º desta Lei possui um dispositivo de suma importância para negociações entre os estados e municípios, de forma a prestar um atendimento de qualidade a todos os alunos que precisam do transporte para ter garantido o seu direito à educação:



Art. 3º Cabe aos Estados articular-se com os respectivos Municípios, para prover o disposto nesta Lei da forma que melhor atenda aos interesses dos alunos.

CONSIDERANDO a importância do transporte escolar como instrumento fundamental para assegurar o acesso e a permanência dos estudantes nas escolas, contribuindo para a diminuição da evasão escolar;

CONSIDERANDO que a política do transporte escolar é de extrema importância para propiciar o acesso dos estudantes às escolas, sendo ele um direito dos alunos e um dever do estado em suas diferentes esferas, dispondo de programas específicos com a finalidade de apoio financeiro aos municípios, que são os entes executores desta política junto à população;

CONSIDERANDO que o objetivo do transporte escolar é contribuir para o acesso e a permanência dos estudantes nas escolas. Assim, o Poder Público deve evitar que os alunos percorram trechos longos, que fiquem muito tempo esperando o transporte escolar ou utilizem estradas e veículos em condições precárias, para que não cheguem à escola cansados demais, prejudicando seu rendimento escolar

CONSIDERANDO o aumento significativos do número de usuários do transporte escolar nos últimos anos, especialmente em razão do crescimento expressivo de alunos;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir melhores condições de acesso à educação, bem como a importância do planejamento e gerenciamento dos recursos destinados à política de transporte escolar, visando à eficiência, à economicidade e ao controle dos custos;

CONSIDERANDO que a manutenção de um serviço de transporte escolar seguro e de qualidade é responsabilidade do Município, que deve administrar e otimizar os recursos, bem como estabelecer normas de organização de sua estrutura operacional para atendimento da demanda;

CONSIDERANDO que, nos últimos anos, o transporte escolar municipal foi executado predominantemente com frota própria, complementado pela contratação decorrente do Pregão nº 29/2023, cuja execução ocorreu exclusivamente pelo período de 12 (doze) meses;

CONSIDERANDO que a implementação do Novo Ensino Médio (Lei Federal nº 13.415/2017) ampliou a carga horária mínima e modificou horários de entrada e saída das Escolas Estaduais, impactando diretamente a logística e aumentando a demanda por transporte escolar;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal de Educação de Sarandi não dispõe de frota e quadro de motoristas suficientes para atender, de forma integral, todos os estudantes,



especialmente da Rede Estadual, cujos horários são diversos e incompatíveis com a atual capacidade operacional;

CONSIDERANDO que, para suprir tal deficiência, é indispensável complementar os serviços com a contratação de empresa especializada, sobretudo diante da demanda significativamente superior à capacidade da frota própria;

CONSIDERANDO que, havendo falhas de mercado ou insuficiência de estrutura pública para atendimento da demanda, é plenamente possível e legal a contratação de serviços de transporte escolar, cabendo ao Poder Público regulamentar e prover, direta ou indiretamente, o serviço essencial;

A Secretaria Municipal de Educação de Sarandi, diante da necessidade de reorganização da demanda do transporte escolar e com o objetivo de assegurar a continuidade dos serviços públicos essenciais, **solicita a abertura de processo licitatório** para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte escolar.

Ressalta-se que o serviço vem enfrentando dificuldades em razão da insuficiência da frota própria, do aumento da carga horária dos alunos da Rede Estadual (6ª aula), da necessidade de flexibilização dos horários dos motoristas e do aumento expressivo de estudantes, ocasionando inclusive situações de superlotação dos veículos.

Isto posto, e atendidas as formalidades legais, justifica-se a contratação de empresa especializada para garantir o transporte escolar dos alunos da Rede Estadual e Municipal, assegurando regularidade, segurança, continuidade e eficiência, evitando prejuízos ao direito fundamental à educação.

Destaca-se que o transporte escolar é **serviço essencial**, não podendo sofrer interrupções, sob pena de graves prejuízos à comunidade estudantil.

#### Área requisitante e responsável (eis):

Área	Secretaria Municipal de Educação – Divisão de Transporte Escolar
Responsável	Marcos Joaquim da Silva
Matrícula	10228
Telefone	(44) 3264-8789
E-mail	secretariadeeducacao@sarandi.pr.gov.br

## PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

Até o presente momento, este Município não possui Plano de Contratações Anual – PCA.



## REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A empresa contratada deverá atender aos seguintes requisitos, garantindo a execução do serviço com responsabilidade ambiental, eficiência operacional e alinhamento às políticas públicas de sustentabilidade

Os veículos utilizados deverão estar em conformidade com normas ambientais vigentes, com tecnologias que promovam eficiência energética e reduzam a emissão de poluentes;

A contratada deverá adotar práticas de manutenção preventiva que prolonguem a vida útil da frota, reduzindo o consumo de recursos e minimizando impactos ambientais;

Deverá ser realizada a adequada gestão de resíduos gerados na operação da frota, como pneus, óleos lubrificantes e filtros, atendendo à legislação ambiental aplicável;

A empresa contratada deverá promover treinamento contínuo aos motoristas e pessoal de apoio, conscientizando-os sobre práticas sustentáveis, condução econômica e segura;

Sempre que possível, a seleção de fornecedores, produtos e serviços relacionados à execução do objeto deverá privilegiar critérios de sustentabilidade e responsabilidade ambiental;

A contratada deverá fornecer relatórios periódicos contendo informações sobre **quilometragem percorrida e medidas implementadas para reduzir impactos ambientais**, garantindo transparência e possibilitando acompanhamento pela Administração.

Esses requisitos visam **assegurar a execução do serviço com responsabilidade ambiental, eficiência operacional e alinhamento às políticas públicas de sustentabilidade**, promovendo o uso racional de recursos e o cumprimento das normas legais aplicáveis.

**Na assinatura do contrato, será exigida:**

I. A comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato;

II. Certificado de registro e licenciamento dos veículos que estiverem em seu nome, no caso de veículos locados, deverá apresentar os documentos de tais veículos bem como os contratos de locações, ou documentos que comprove o vínculo com a licitante;



a) O certificado de registro e licenciamento dos veículos deverão estar em regularidade e em dia com seus tributos junto aos órgãos competentes;

III. Comprovante de quitação do seguro obrigatório – DPVAT;

IV. Seguro dos passageiros, seguro junto a companhia seguradora para cobertura dos passageiros do veículo contratado, bem como de danos materiais e corporais a terceiros, nos valores mínimos abaixo:

a) Limite por passageiro: mín. R\$100.000,00

b) Danos materiais a terceiros: mín. R\$ 50.000,00

c) Danos corporais a terceiros: mín.: R\$ 50.00,00

V. Relatório da equipe técnica, onde deve comprovar os seguintes requisitos dos motoristas (art. 138 do Código de Trânsito Brasileiro) Cópia autenticada da CNH dos motoristas, na categoria compatível ao veículo que irá conduzir, conforme disposto no art. 138 do CTB;

VII. Certificado de participação e aprovação dos motoristas em curso de condutores de veículos de transporte escolar, nos termos das resoluções do CONTRAN em vigência;

VIII. Certidão negativa criminal de cada motorista, expedida pelo cartório do distribuidor de seu domicílio, referente a processos criminais em especial a crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores;

IX. Certidão negativa da Justiça Federal referente a processos criminais em especial relativos a crime de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores;

X. Certidão que comprove não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima de trânsito ou ser reincidente em infrações médias durante os 12 últimos meses;

XI. Laudo de inspeção técnica emitido pelo INMETRO;

XII. Laudo de vistoria emitido pelo DETRAN e/ou ORGÃO DE COMPETÊNCIA, com autorização para condução coletiva de escolares em relação a pessoa jurídica participante da presente licitação

XIII. Apresentação Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos profissionais, em que conste o licitante como contratante ou Contrato de prestação de serviços, regido pela legislação comum;



## ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

Para estimar da quantidade global do serviço de transporte escolar, foi realizado o cálculo da **quilometragem total anual**, tomando como referência a quilometragem média percorrida diariamente em cada rota e multiplicando-a pelos **200 (duzentos) dias letivos** previstos no calendário escolar.

Dessa forma, considerando que as rotas analisadas possuem uma média total diária de **207,80 km**, o cálculo da quilometragem total anual foi obtido da seguinte forma:

$$✓ \quad 207,80 \text{ km/dia} \times 200 \text{ dias letivos} = 41.560 \text{ km/ano}$$

Esse procedimento garante uma estimativa precisa e alinhada à efetiva necessidade de execução do serviço ao longo do período letivo, permitindo que a Administração projete adequadamente os custos e assegure a economicidade na contratação.

Com base em levantamento realizado pela Divisão de Transporte Escolar, identificou-se a necessidade de contratação de **03 (três) rotas** de transporte escolar terceirizado para atender às diversas localidades do município, especialmente aquelas situadas em áreas rurais e de difícil acesso. Cada rota será atendida por **01 (um) veículo exclusivo**, sendo que **cada veículo realizará 03 (três) trajetos diários**, correspondentes aos períodos **da manhã, intermediário e da tarde**, garantindo assim o atendimento integral dos estudantes ao longo do dia letivo.

A definição das 03 rotas considerou critérios técnicos como a estimativa de atendimento a aproximadamente 900 alunos, a distância entre as residências e as unidades escolares, as condições das vias e as características geográficas do município. A contratação desses trajetos terceirizados mostra-se essencial para garantir um serviço de transporte eficiente, seguro e contínuo, assegurando o acesso regular dos estudantes às escolas, prevenindo a evasão escolar e contribuindo para o cumprimento da carga horária obrigatória.

Considerando que o serviço será executado diariamente, a forma de remuneração será baseada na quilometragem rodada por linha, permitindo controle preciso e proporcional dos custos. Essa metodologia assegura que o município remunere apenas os serviços efetivamente prestados, promovendo o uso responsável e econômico dos recursos públicos.



Além disso, o transporte terceirizado proporciona maior flexibilidade operacional, possibilitando ajustes nas rotas e na quantidade de alunos transportados, conforme variações que possam ocorrer ao longo do período letivo. Dessa forma, garante-se que todas as regiões que necessitam do transporte escolar sejam atendidas de forma eficiente e contínua.

## LEVANTAMENTO DE MERCADO

A fim de solucionar a demanda de transporte escolar, a contratação de uma empresa especializada foi identificada como a solução mais eficiente, oferecendo melhor custo-benefício, previsibilidade de despesas e garantia de transporte seguro. Além disso, essa solução permite a contratação de empresas locais, favorecendo a economia regional e adaptando o serviço às necessidades da comunidade escolar.

A medida também assegura maior **eficiência administrativa**, uma vez que transfere à contratada responsabilidade como manutenção da frota, abastecimento, seguros, encargos trabalhistas e cumprimento das exigências legais, reduzindo riscos de paralisação e custos inesperados para o município.

Ademais, a **terceirização das rotas** possibilita maior flexibilidade no atendimento da demanda escolar, acompanhando eventuais alterações de linhas ou aumento do número de alunos transportados, garantindo a continuidade do serviço sem comprometer a regularidade do calendário escolar.

Dessa forma, a contratação justifica-se não apenas pela economicidade, mas também pela **segurança, qualidade e continuidade do serviço público**, em conformidade com os princípios da Lei Federal nº 14.133/2021.

## ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Trata-se da necessidade de realização de licitação para **contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte escolar diário**, com o objetivo de atender os alunos da rede municipal de ensino de Sarandi, garantindo o deslocamento seguro e regular entre suas residências e as instituições de ensino.

Embora o valor exato da contratação ainda não esteja definido, informamos que as **cotações necessárias serão realizadas pelo setor de cotação**, que estimará os custos com base na **quantidade de linhas de transporte e na quilometragem necessária** para suprir integralmente a demanda.





Após a coleta dessas informações junto ao mercado, será possível determinar o valor global da contratação. Ressaltamos que o levantamento seguirá os parâmetros estabelecidos pela legislação vigente, observando especialmente os princípios da **economicidade, eficiência e transparência**, de modo a assegurar que os valores estejam compatíveis com a realidade de mercado.

Essa estimativa servirá de base para a fase de planejamento da licitação e para a elaboração do orçamento oficial, garantindo a correta aplicação dos recursos públicos e a continuidade do serviço essencial de transporte escolar.

## DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta é a contratação de empresa especializada para o fornecimento/prestação de serviços de Transporte Escolar, e o Transporte escolar efetivo dos alunos com segurança e cumprimento da carga horária letiva dos estudantes conforme calendário e horário de início e término das aulas.

## DO PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO

Os serviços serão executados por quilômetro rodado, e serão licitados pelo menor preço global.

A escolha pela modalidade de licitação por **preço global** se justifica por ser a mais vantajosa à Administração, pois envolve a contratação de apenas uma empresa para a execução integral do objeto, garantindo maior controle, eficiência e continuidade dos serviços.

No presente caso, a contratação prevê a disponibilização de **03 veículos para a realização de 03 trajetos diários cada veículo**, além de um **veículo reserva**. A eventual fragmentação da licitação por item poderia resultar na contratação de diferentes empresas, o que dificultaria a gestão, a fiscalização e a padronização do serviço, além de gerar riscos de descontinuidade e divergências na execução.

A contratação por preço global assegura que uma única empresa seja responsável pela totalidade do serviço, centralizando a gestão, facilitando a comunicação, a solução de eventuais problemas e a fiscalização por parte da Administração. Essa modalidade também garante **maior economicidade e confiabilidade**, uma vez que transfere à empresa vencedora a responsabilidade integral sobre os veículos, motoristas, rotas e contingências, proporcionando maior segurança e qualidade no transporte escolar.

Assim, a adoção do preço global demonstra-se a alternativa mais adequada ao **interesse público**, assegurando a regularidade e a eficiência do transporte escolar no Município



Critério de julgamento:

- ✓ Menor preço

## RESULTADOS PRETENDIDOS

- ✓ Transporte Seguro e Regular dos Alunos

O principal objetivo é assegurar que os alunos sejam transportados com segurança e regularidade, cumprindo as rotas diárias sem interrupções. Isso garantirá a integridade física dos estudantes durante o trajeto entre suas casas e as escolas, especialmente aqueles que vivem em áreas rurais ou de difícil acesso.

- ✓ Cumprimento da carga horária

O transporte escolar pontual e eficiente permitirá que os estudantes cheguem às escolas nos horários estipulados, evitando atrasos que comprometeriam o cumprimento da carga horária obrigatória, conforme previsto no calendário letivo. Isso também contribuirá para a **melhoria do desempenho escolar**, já que os alunos terão acesso a todas as aulas.

- ✓ Redução da Evasão Escolar

Ao oferecer um serviço de transporte regular e de qualidade, espera-se uma **redução significativa na evasão escolar**, especialmente entre os alunos que enfrentam dificuldades de acesso às escolas. O transporte gratuito e eficiente é um fator crucial para manter os estudantes matriculados e assíduos nas aulas.

## PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Antes da celebração do contrato, é crucial tomar uma serie de providencias para garantir que todas as partes envolvidas compreendam e concordem com os termos estabelecidos.

Revisão detalhada dos termos e condições do contrato, bem como prazos, preços, clausulas de penalidades, entre outros.

Certificar de que o contrato está em conformidade com as leis e regulamentos locais.

## CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não há contratações correlatas



## POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

### **Impactos Ambientais:**

**Emissão de Gases Poluentes:** Veículos movidos a combustíveis fósseis geram CO<sub>2</sub> e outros poluentes, afetando a qualidade do ar e contribuindo para o efeito estufa.

**Consumo de Combustível:** O transporte diário exige uso contínuo de combustíveis, pressionando os recursos naturais.

**Poluição Sonora:** Veículos podem gerar ruídos, impactando a qualidade de vida nas áreas urbanas.

**Descarte de Veículos:** A manutenção e o descarte inadequado de peças de veículos podem gerar impactos ambientais.

### **Medidas Mitigadoras:**

**Frota Sustentável:** Priorizar empresas que utilizem veículos limpos (gás natural ou elétricos) ou tecnologias com menor emissão de CO<sub>2</sub>.

**Frotas Modernas:** Exigir veículos novos ou bem mantidos para maior eficiência no consumo de combustível e menor emissão de poluentes.

## CONCLUSÃO DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO PRETENDIDA

O presente Estudo Técnico Preliminar evidencia que a contratação da solução descrita neste instrumento se mostra tecnicamente viável e fundamentadamente necessária. Diante do exposto, declaro ser viável a contratação pretendida.

--



**RESPONSÁVEL (IS) PELO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

Sarandi, 01 de outubro de 2025.

---

Sonia Pereira  
Diretora do Departamento de Orçamento  
Finanças e Compras

# PROPOSTA DE PREÇOS

## IDENTIFICAÇÃO DA LICITANTE

Razão Social:

CNPJ:

Endereço completo:

Cidade/UF:

CEP:

Fone:

E-mail:

## DADOS BANCÁRIOS

Banco:

Agência:

Conta Corrente:

## PLANILHA DE CUSTOS

### QUILOMETRAGEM PERCORRIDA

Nº de Meses com Transporte	10
Percurso Mensal - KM	4.155
Percurso Anual - KM	41.553

DESPESAS COM VEÍCULOS (3 ÔNIBUS)	Valores Anuais
IPVA	R\$ 6.600,00
Seguro Obrigatório (DPVAT)	R\$ 389,52
Vistorias - Detran	R\$ 693,00
Aferição do Tacógrafo	R\$ 1.530,00
Licenciamento	R\$ 763,35
Seguro Especial	R\$ 12.500,00
Valor Anual	R\$ 9.988,37
<b>Valor Mensal</b>	<b>R\$ 2.078,15</b>
DESPESAS COM MOTORISTAS ( 3 MOTORISTAS) - SALÁRIO + ENCARGOS - DE ACORDO COM CCT	Valores Mensais
Salário Mensal	R\$ 7.194,33
INSS	R\$ 647,49
FGTS	R\$ 58,29
Férias	R\$ 599,52
1/3 Férias	R\$ 199,83
13º Salário	R\$ 599,52
Benefícios/vale alimentação	R\$ 735,00
Valor Anual	R\$ 10.033,98
<b>Valor Total Mensal</b>	<b>###</b>
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	Valores Anuais
RH - pessoal administrativo e operacional	R\$ -
Despesas fixas (energia, água, aluguel, honorários, internet, telefone, entre outros)	R\$ -
Valor Anual	R\$ -

<b>Valor Mensal</b>			<b>R\$</b>	<b>-</b>
<b>DESPESAS VARIÁVEIS (MANUTENÇÃO DO VEÍCULO)</b>			<b>Valores Mensais</b>	
	Média/Consumo	Valor unitário	KM Mensal	
Combustível	2,5	R\$ 6,35	4.155	R\$ 7.269,48
Lubrificantes	5.000	R\$ 20,00	4.155	R\$ 16,62
Pneus	30.000	R\$ 2.500,00	4.155	R\$ 2.077,64
Peças e Acessórios (valor mensal)	1000	R\$ 500,00	4.155	R\$ 12.465,00
<b>Valor Mensal</b>				<b>R\$ 21.828,74</b>
<b>DEPRECIAÇÃO DO VEÍCULO</b>				
Valor do Veículo				###
Depreciação Anual				R\$ 81.000,00
<b>Valor Total Mensal</b>				<b>R\$ 8.100,00</b>
<b>DESCRIÇÃO DOS CUSTOS</b>			<b>Valor Mensal</b>	
Salário do Motorista			###	50,20%
Documentação e Administrativo (IPVA, DPVAT, licenciamento, pessoal administrativo, custos fixos, etc.),			R\$ 2.078,15	0,87%
Manutenção (Combustível, Lubrificantes, Pneu, Peça, etc)			R\$ 21.828,74	9,10%
Depreciação do veículo			R\$ 8.100,00	3,38%
<b>Custo Operacional</b>			<b>###</b>	
<b>Custo Tributário</b>			<b>###</b>	7,78%
PIS			1,65%	R\$ 2.514,84
COFINS			7,60%	R\$ 11.583,51
ISS			3%	R\$ 4.572,44
<b>Custo de Capital e Lucro da Empresa</b>			<b>51325,633765</b>	
IRPJ			25%	R\$ 12.831,41
CSLL			9%	R\$ 4.619,31
<b>Custo Tributário sobre o resultado</b>			<b>###</b>	
<b>Custo Total</b>			<b>###</b>	<b>71,33%</b>
			<b>Valor por Km: R\$ 57,72</b>	
<b>IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL DA LICITANTE</b>				
Nome completo:			CPF:	
Endereço completo:			CEP:	
Cidade/UF:				
<b>Demais condições:</b>				
<p>Conhecimento do Edital, do Termo de Referência e dos demais documentos integrantes da presente licitação estando ciente das obrigações das partes e das condições para execução do objeto;</p> <p>II. Esta empresa proponente declara que todas as despesas diretas e indiretas envolvidas no provimento dos serviços estão incluídas nos valores desta proposta de preços, que possui capacidade técnico-operacional adequada e que os preços são exequíveis;</p> <p>III. A proposta deve ter validade de, no mínimo, XXX (XXXXXXX) dias.</p>				

Local e data: \_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

Razão Social e CNPJ da Empresa Proponente





**SARANDI**

GOVERNO MUNICIPAL

# **CONTRATO**

## **Nº «NÚMERO\_CONTRATO»/«ANO\_CONTRATO»**

ANEXO III

### **OBJETO**

---

*Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de transporte escolar diário de alunos da rede pública de ensino, conforme demanda da Secretaria Municipal de Educação do Município de Sarandi/PR.*

---



A Prefeitura do Município de Sarandi, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, com sede na rua José Emiliano de Gusmão, 565 – Centro – CEP 87.111-230 – Sarandi/PR, inscrita no CNPJ sob o nº 78.200.482/0001-10, neste ato representado pelo Prefeito, o Sr. Carlos Aberto de Paula Júnior, juntamente com o(s) secretário(s) participante(s), doravante denominado CONTRATANTE, e o «Nome\_Fornecedor», inscrito no CNPJ/MF sob o nº «CNPJ\_CPF\_Fornecedor», sediado no(a) «Endereço\_Fornecedor», na cidade «Cidade\_Fornecedor» - «Estado\_Fornecedor» - «CEP\_Fornecedor», doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por «Nome\_Representante» - CPF «CPF\_Representante», conforme atos constitutivos/procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº xxx/20xx e em observância às disposições da [Lei nº 14133/21](#) e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº «Número\_Licitação»/«Ano\_Licitação», mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

## CLÁUSULA 1 - DO OBJETO

1.1 O objeto do presente instrumento é a *Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de transporte escolar diário de alunos da rede pública de ensino, conforme demanda da Secretaria Municipal de Educação do Município de Sarandi/PR*, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nas condições estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

1.2 Objeto da contratação:

ITEM	CÓD.	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	VALOR UNIT.	TOTAL

Tabela 1

1.3 Vinculam esta contratação, independente de transcrição:

I. O Edital do Pregão Eletrônico nº «Número\_Licitação»/«Ano\_Licitação» e seus anexos;

II. A Proposta do CONTRATADO.





## CLÁUSULA 2 - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano, limitado a 5 anos, contados a partir da publicação, prorrogável, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2 A prorrogação de que trata esta cláusula é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

I. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

II. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

III. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

IV. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;

V. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e

2.3 O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4 A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5 Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6 O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

2.7 Sujeitando-se o CONTRATADO ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que



sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.

### **CLÁUSULA 3 - MODELO DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL**

3.1 O regime de execução contratual, o modelo de gestão e execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

#### **MATRIZ DE RISCO**

3.2 São aqueles mencionados Anexo IV do Edital.

### **CLÁUSULA 4 - SUBCONTRATAÇÃO**

4.1 As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

### **CLÁUSULA 5 - PREÇO**

5.1 O valor total da contratação é de R\$«Valor\_Contratado».

5.1.1 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.1.2 O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.



## CLÁUSULA 6 - REPACTUAÇÃO

6.1 Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do Contratado.

6.2 O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

I. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

II. Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.

6.3 Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

6.3.1 Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada.

6.4 A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.

6.5 Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias.

6.6 É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

6.7 Na repactuação, o Contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho





que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do Contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

6.8 Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o Contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.

6.8.1 A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

6.8.2 Deverão prevalecer os direitos mais benéficos ao trabalhador durante a execução contratual, caso o Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada seja diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo utilizado pela Administração como paradigma para definição dos custos unitários mínimos relevantes, para fins de repactuação.

6.8.3 A correção dos valores mínimos de remuneração, incluindo salário base e adicionais, e dos benefícios estabelecidos, será realizada com base nas cláusulas de reajuste percentual do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, quando este for diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo paradigma utilizado pela Administração.

6.8.4 A repactuação será realizada com base na apuração da diferença percentual entre os valores previstos no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo anterior e o que entrou em vigor quando inexistir cláusula de previsão de reajuste percentual no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, ressalvado o subitem seguinte.

6.8.5 Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador caso o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada venha a estabelecer valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores





aos valores estabelecidos na contratação ou superiores à aplicação dos percentuais previstos nos subitens anteriores.

6.8.6 A repactuação dos demais custos relativos à mão de obra, que não estejam discriminados como custos mínimos relevantes pela Administração, terá como base o acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada (ou seja, àquele instrumento apresentado pela empresa no momento da licitação).

6.9 Quando a repactuação solicitada pelo Contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento **[indicar o índice a ser adotado]**, com base na seguinte fórmula:

$$R = V (I - I^{\circ}) / I^{\circ}, \text{ onde:}$$

**R** = Valor do reajustamento procurado;

**V** = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;

**I<sup>o</sup>** = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;

**I** = Índice relativo ao mês do reajustamento

6.10 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

6.11 Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.

6.12 Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

6.13 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.





6.14 Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

6.15 Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

6.16 Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

6.17 Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

6.18 O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

6.19 Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao Contratante ou ao Contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

6.20 A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

6.21 O Contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até **[indicar o prazo]**, contado da data do fornecimento, pelo Contratado, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados.

6.22 O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para a comprovação da variação dos custos.



6.23 A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.

6.24 As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133, de 2021.

6.25 O Contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

6.26 Caso o Contratado esteja sujeito ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.

6.27 A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pelo Contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.

6.27.1 A revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por apostilamento.

## **CLÁUSULA 7 - PAGAMENTO**

7.1 O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

## **CLÁUSULA 8 - OBRIGAÇÕES**

8.1 As obrigações das partes são aquelas descritas no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

## **CLÁUSULA 9 - GARANTIA DE EXECUÇÃO**

9.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.





## **CLÁUSULA 10 - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

10.1 As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

## **CLÁUSULA 11 - DA FRAUDE E CORRUPÇÃO**

11.1 Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

11.1.1 Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

I. “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

II. “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

III. “prática colusiva”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

IV. “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

V. “prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

11.2 Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou





reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

11.3 Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

## **CLÁUSULA 12 - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

12.1 O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.1.1 Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo.

12.2 O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.3 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.4 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.





12.5 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.6 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.7 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- I. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- II. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- III. Das indenizações e multas.

12.8 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

12.9 O CONTRATANTE poderá ainda:

- I. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e
- II. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

12.10 O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

## **CLÁUSULA 13 - ALTERAÇÕES**

13.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.





13.2 O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.4 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

13.5 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **CLÁUSULA 14 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

14.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

«*Dotação\_Completa*»

14.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## **CLÁUSULA 15 - DOS CASOS OMISSOS**

15.1 Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.





## CLÁUSULA 16 - PUBLICAÇÃO

16.1 Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

## CLÁUSULA 17 - DO FORO

Fica eleito o Foro da Justiça Estadual em Sarandi/PR, para dirimir os litígios que decorrem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da [Lei nº 14133/21](#).

Sarandi, Clique ou toque aqui para inserir uma data..

---

**(Nome do Secretário)**  
«Assinaturas\_Contrato»  
Secretário xxx

---

**«Nome\_Representante»**  
«nome\_fornecedor»

---

**Carlos Alberto de Paula Júnior**  
Prefeito

Testemunhas:

1 – XX







2 - XX





## ANEXOII MATRIZ DE RISCO

**SECRETARIA RESPONSÁVEL: Secretaria Municipal de Educação**

**MATRIZ DE RISCO:** Conforme disposto no inciso XXVII, art. 6º da lei 14.133/2021, a Matriz de Risco consiste em uma cláusula contratual definidora de riscos e de responsabilidades entre as partes e caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em termos de ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação, contendo, no mínimo, as seguintes informações.

- a) Listagem de possíveis eventos supervenientes à assinatura do contrato que possam causar impacto em seu equilíbrio econômico-financeiro e previsão de eventual necessidade de prolação de termo aditivo por ocasião de sua ocorrência;
- b) No caso de obrigações de resultado, estabelecimento das frações do objeto com relação às quais haverá liberdade para os contratados inovarem em soluções metodológicas ou tecnológicas, em termos de modificação das soluções previamente delineadas no anteprojeto ou no projeto básico;
- c) No caso de obrigações de meio, estabelecimento preciso das frações do objeto com relação às quais não haverá liberdade para os contratados inovarem em soluções metodológicas ou tecnológicas, devendo haver obrigação de aderência entre a execução e a solução predefinida no anteprojeto ou no projeto básico, consideradas as características do regime de execução no caso de obras e serviços de engenharia.

### 1- PROCESSOS ANTERIORES

LICITAÇÃO NÚMERO/ANO: 29/2023				
OBJETO DA LICITAÇÃO			INÍCIO E TÉRMINO DA VIGÊNCIA	
Contratação de empresa para realizar serviços de transporte escolar			Início Vigência	-11/01/2024
			Término Vigência	- 09/01/2025
ADITIVO, COM A RESPECTIVA FUNDAMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA REALIZADA NO REFERIDO PROCESSO				
Não houve				
INFORMAR, SE HOUVER:				
DATA DO ADITIVO	QUANTOS DIAS DE VIGÊNCIA DO	VALOR DO ADITIVO	PORCENTAGEM DO ADITIVO EM RELAÇÃO	DO



	CONTRATO QUANDO DA CONCESSÃO DO ADITIVO		AO VALOR DO OBJETO ADITIVO
-	-	-	-

## 2- RISCOS SUPERVENIENTES À ASSINATURA DO CONTRATO

LISTAGEM DE POSSÍVEIS EVENTOS SUPERVENIENTES À ASSINATURA DO CONTRATO QUE POSSAM CAUSAR IMPACTO EM SEU EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E PREVISÃO DE EVENTUAL NECESSIDADE DE PROLAÇÃO DE TERMO ADITIVO POR OCASIÃO DE SUA OCORRÊNCIA	
POSSÍVEIS EVENTOS SUPERVENIENTES	ÔNUS DOS POSSÍVEIS EVENTOS SUPERVENIENTES
Condições Climáticas Adversas	Onus ambas as partes
<b>JUSTIFICATIVA:</b> Condições climáticas extremas (como chuvas fortes, inundações ou neve) podem interferir no acesso a determinadas áreas ou na operação regular do serviço.	
Mudanças nas Normas Legais	Onus a Empresa
<b>JUSTIFICATIVA:</b> Alterações em legislações ou regulamentações, como novas exigências de segurança ou certificações ambientais, podem impactar o contrato levando surgindo a necessidade de adequação da empresa contratada às novas normas.	
Greves, paralisações ou movimentos trabalhistas	<b>Ônus:</b> Empresa.
<b>JUSTIFICATIVA:</b> Movimentos grevistas de empregados da contratada podem interromper ou reduzir a execução dos serviços, sendo responsabilidade da empresa gerir suas relações trabalhistas.	
Aumento abrupto de demanda não previsto inicialmente	<b>Ônus:</b> Administração.
<b>JUSTIFICATIVA:</b> Solicitação do poder público para ampliação do número de veículos, rotas ou horários, além do previsto no contrato, poderá gerar a necessidade de termo aditivo	
Epidemias ou pandemias	<b>Ônus:</b> Ambas as partes
<b>JUSTIFICATIVA:</b> ituações como a pandemia da COVID-19 impactam diretamente a logística e a execução contratual, exigindo adaptações excepcionais e medidas emergenciais.	
Acidentes ou perda total de veículos	<b>Ônus:</b> Empresa.



<b>JUSTIFICATIVA:</b> Danos ou sinistros que inviabilizem a utilização de veículos são de responsabilidade da contratada, que deve providenciar substituição imediata, conforme contrato	
Vícios ocultos em bens ou equipamentos utilizados no serviço	<b>Ônus:</b> Administração.
<b>JUSTIFICATIVA:</b> Defeitos não perceptíveis no momento da aquisição dos veículos ou equipamentos, mas que venham a comprometer sua utilização durante o contrato.	

### 3 - RISCOS DAS OBRIGAÇÕES DE RESULTADO

Não se aplica ao presente caso

### 4 - DA ANÁLISE DE RISCO

A mesma não foi feita em razão da natureza /**complexidade do objeto este não se faz necessário.**

**CONCLUSÃO:** Da análise da Matriz de Risco, concluiu-se que está fora elaborada em conformidade com o disposto no **inciso XXVII, art. 6º da lei 14.133/2021**, estando os riscos conhecidos desta Municipalidade, devidamente abordados, delimitados e divididos entre a contratante e a contratada, viabilizando assim, a continuidade do referido processo licitatório.

De mesmo modo, **DECLARO** estar ciente de todas as implicações administrativas, civis e criminais pelas informações prestadas na presente Matriz de risco e em relação a elas assumimos de forma solidária a responsabilidade.

Sarandi/PR, 02 de outubro de 2025

Elaborado por:

Conferido e aprovado por:

Sonia Pereira

Diretora do Departamento de  
Orçamento Finanças e Compras

**Profª Sheyla Grasielle de Souza Gonçalves**  
**Secretária Municipal de Educação**  
**Decreto nº 582/2025**